



GABINETE EGÍPCIO-SÍRIO

GUIA DE ESTUDOS



PEMUN
Pernambuco Model United Nations

2ª ED. 2019

PERNAMBUCO MODEL UNITED NATIONS

GABINETE EGÍPCIO-SÍRIO

GUIA DE ESTUDO

Guerra do Yom Kippur (1973)

PERNAMBUCO MODEL UNITED NATIONS

GABINETE HISTÓRICO

GUIA DE ESTUDOS

DIRETORIA DO GABINETE

Amanda de Moraes Silva

Giulia Barbosa Lima

Lara Rodrigues de Queiroz Tavares

Manoel Alves de Oliveira Júnior

REVISÃO

Caroline Lucena Cruz

Gabriel Lima da Costa Câmara

Maresa das Graças Barbosa Chaves

ARTE DA CAPA

Herbertt Cabral Pereira da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Gabriel Lima da Costa Câmara

RECIFE/PE

2019



CARTA DO SECRETARIADO

Queridíssimas/os delegadas/os,

Nesta segunda edição, o PEMUN traz, novamente, o nosso compromisso em apresentar comitês verosimilhantes com temas de relevância nacional e internacional. Nos dedicamos em proporcionar a vocês, delegados, guias de estudo com a maior excelência possível, todos voltados a enriquecer seus conhecimentos, ajudando-os a ter mais propriedade para debater e servindo para incentivá-los a se aprofundarem nos tópicos tratados.

As temáticas abordadas foram pensadas com muito amor e cuidado, tanto para abranger assuntos urgentes no cenário internacional, como para fazê-los refletir e aprimorar seus conhecimentos acadêmicos e discursivos. Em especial, foi nosso desejo dar espaço a temas e narrativas muitas vezes deixadas de lado pela sociedade.

Sabemos das riquíssimas vantagens que a participação em simulações de organismos internacionais traz para todas as esferas de aprendizado. Por isso, desejamos verdadeiramente que vocês possam tirar o máximo de proveito deste guia e da oportunidade de participar do evento. Esperamos fazer de vossos clamores, uma só voz novamente.

Bons estudos!

O Secretariado Acadêmico do II PEMUN

AGRADECIMENTOS

Como bem conta Galeano, “enquanto as memórias bobas se repetem, as memórias vivas nascem a cada dia”, por estarem sempre ligadas e, ao mesmo tempo, contrapostas aquilo que já foi. Segue por estes passos a história humana, e não seria diferente ao que pretendemos fazer no Gabinete Histórico da PEMUN. A criação de recordações vivas tem participação direta do planejamento da PEMUN como um todo e, principalmente, os incríveis diretores e diretoras, secretários e secretárias por confiarem esse trabalho a nós. Sem destoar das palavras de Galeano, pretendemos uma visão da história que cria novos momentos rompendo com a inércia do pensamento acrítico.

Assim, nessas palavras, reconhecemos e agradecemos todo o apoio dado a nós pelos integrantes da PEMUN, a Gabriel Câmara e a Beatriz Casado por dedicarem tantas energias para esse projeto acontecer, a Carol Cruz e a Maresa Chaves, nossas professoras, a Eduardo Sechi nosso tutor, a MUNIS e a UFRGSMUN nossas parceiras, incentivadores e também professoras, e, finalmente e indistintamente, a todos que confiaram em nós e no nosso trabalho.

É com o objetivo de ver a semente do PEMUN florescer cada vez mais e de acreditar que este Gabinete Histórico possibilite mudanças e aprendizados na vida de todos que nós nos dedicamos a este trabalho. Com isso, agradecemos a todos vocês que chegaram até aqui conosco, os nossos mais sinceros agradecimentos e que essa seja uma de tantas futuras edições da já gigante PEMUN.

CARTAS DE APRESENTAÇÃO

Manoel Alves, 23 anos, é o Diretor Acadêmico do primeiro Gabinete Histórico da PEMUN. Antes quase um Engenheiro Espacial, hoje cursa Direito na Faculdade de Direito de Recife, o que não impede de ainda perambular às vezes no mundo da Lua. Maneco tem trabalhado muito, e com bastante alteridade, para construir com as Diretoras e o Secretariado um Gabinete Histórico que faça jus à experiência enriquecedora do qual é digno. Sempre apoiador de ideias que engajem mais ainda as pessoas que compõem esse incrível Gabinete, traz também sua seriedade e compromisso no exercício de suas tarefas. Além disso tudo, estagia para o seu time do coração, e é entusiasta da MPB, quase um romântico da 3ª geração, gosta da gréa e de sempre manter em alta sua positividade junto a seus amigos. O resto é mistério.

Amanda (de Moraes) cursa Direito na Universidade Federal de Pernambuco (apesar de já ter perambulado na mesma graduação na UPE, sempre semeando networks do bem). Aos 21 anos de idade, pula na transição astrológica entre capricórnio e aquário (situação de signo indefinido que compartilha com sua irmã gêmea não idêntica). Nas horas vagas curte música boa e pronto. Do Rock ao Baião o importante é que seja de bom gosto. Aliás, de matéria musical essa mocinha peculiar entende bem, tocando o piano que estiver disponível, quer seja de armarinho ou de cauda. Por fim, também tem alma de gato, que tenta compreender (talvez numa missão impossível) sua gatinha de estimação.

Giulia Barbosa, taurina com ascendente em escorpião, tem 22 aninhos e é estudante de direito da Universidade de Pernambuco (UPE). Muito intelectual, contrastando um pouco com seu signo, Giulia alega gostar de livros filosóficos pós-modernos porque “curte pessoas quebradinhas” (fica aí a dica para os quebradinhos em busca de um amor), e adora ler Soren Kierkegaard “por causa da forma como ele trata da pressão da liberdade”, o que casa com nosso Gabinete de Guerra. Em verdade, entretanto, Giulia é gamada na China e ama arbitragem (alguns dizem que por influência direta do fato dela ser filha única). Pessoa muito zen, ela esconde um potencial absurdo, sendo fluente em inglês, francês e (pasmem, mas não tanto) estudando chinês a uns 2 anos e meio. Peter Pan não é nada senão uma realidade para

ela, que, talvez por teimosia ou por crises existenciais da vida, não quer ser adulta de jeito nenhum.

Lara Rodrigues, 19 anos, cursa Direito na UFPE e está no 4ª período. É uma pessoa extremamente dinâmica, trabalhadora, cheia de energia e gosta de desafios. Não é para tanto que adora competições, o que a faz viajar pelo país todo para participar desde simulações das Nações Unidas até torneios de mediação e de negociação. Lara com seu jeitinho extrovertido é extremamente comunicativa e cheia de energia para fazer mil coisas ao mesmo tempo por isso tá sempre querendo pesquisar e aprender coisas novas. O seu sol em Gêmeos e ascendentes em Aquário mostram sua fácil dinâmica social e ao mesmo tempo em que é brincalhona também é super séria, então, pessoal, tomem cuidado com ela!

*“Em tempo de paz convém ao homem serenidade e
humildade; mas quando estoura a guerra deve agir
como um tigre!”*

(William Shakespeare)

LISTA DE FIGURAS

- | | |
|----------|--|
| Figura 1 | Divisão do Mandato pela Grã-Bretanha, 1921-1923 |
| Figura 2 | Partilha da Palestina proposta pela ONU, 1947 |
| Figura 3 | Evolução de ocupação territorial de Israel e Palestina ao longo dos anos |
| Figura 4 | O Front do Sinai e o Canal de Suez |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Aman	Direção de Inteligência Militar de Israel
EUA	Estados Unidos da América
IDF	Forças de Defesa de Israel (<i>Israel Defense Forces</i> em inglês)
ONU	Organização das Nações Unidas
SAM	Mísseis Superfície-Ar
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

CARTA DO SECRETARIADO	3
AGRADECIMENTOS	4
CARTAS DE APRESENTAÇÃO	5
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	9
1 INTRODUÇÃO	11
2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	17
3.1 Relações árabe-israelenses	17
SIONISMO E PAN-ARABISMO	18
O MANDATO BRITÂNICO NA PALESTINA	20
DIVISÃO DA REGIÃO: UM ESTADO ÁRABE E UM ESTADO JUDEU	23
ALIANÇAS DO ORIENTE MÉDIO NA GUERRA FRIA	24
<i>3.2.1. 1ª Guerra Árabe-Israelense: Guerra de Independência</i>	<i>26</i>
<i>3.2.2. 2ª Guerra Árabe-Israelense: Guerra de Suez</i>	<i>28</i>
<i>3.2.3. 3ª Guerra Árabe-Israelense: Guerra dos Seis Dias</i>	<i>30</i>
4 A GUERRA DE YOM KIPPUR	32
4.1 Aspectos gerais da operação	37
4.2 Capacidades militares	39
4.3 Redes de inteligência	42
4.4 Ataques aéreos	44
4.5 Batalhas do Canal de Suez	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

A Guerra do Yom Kippur marca o quarto grande conflito árabe israelense, também podendo ser denominada de Guerra do Ramadã ou Guerra de Outubro. Apesar de ter como marco inicial o dia 06 de outubro de 1973, as origens do conflito antecedem tal data e estão relacionadas à evolução das tensões na região do Oriente Médio decorrentes da formação do Estado de Israel, cujo desenrolar histórico será oportunamente explicado neste guia (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2019c).

Inicialmente, a Guerra do Yom Kippur foi originada por uma mobilização egípcia e síria para promover um ataque coordenado contra Israel em 06 de outubro de 1973. Dentre os principais motivos para tal articulação, é possível identificar o sentimento de revanchismo gerado pelas perdas territoriais anteriores ao conflito de 1973. Notadamente, Israel havia conquistado as Colinas de Golã da Síria e também havia desprovido o Egito da Faixa de Gaza e da Península do Sinai (JORDAN, 1997).

Nessa perspectiva, no desenrolar inicial da Guerra, as decisões estavam centradas nas vontades de três principais agentes: Golda Meir, a primeira-ministra israelense; Anwar Al Sadat, presidente egípcio; e Hafez al-Assad, presidente da Síria (RABINOVICH, 2004). Contudo, as conexões de aliança e cooperação, bem como a intersecção de interesses na região do Oriente Médio ocasionaram a intervenção de outros países por meio do fornecimento de suprimentos (RODMAN, 2013).

A partir de tal contexto, o presente guia inicialmente introduz o histórico de evolução dos grandes conflitos árabe-israelenses que antecederam a Guerra do Yom Kippur. Assim, serão apresentadas as relações árabe-israelenses, com enfoque para as principais causas de animosidade que permeiam tais relações. Posteriormente, conforme a ordem cronológica apresenta-se a 1ª guerra árabe-israelense, a Guerra de Independência, vinculada ao surgimento do Estado de Israel. Em seguida, traz-se a análise da 2ª guerra árabe-israelense, a Guerra de Suez, que envolveu uma importante modificação do panorama das relações de poder na região do Oriente Médio. Ademais, será feita a explanação da 3ª guerra árabe-israelense, a Guerra dos Seis Dias, que contribui de forma bastante significativa para o início do quarto grande conflito que surgiu posteriormente.

A partir de tal liame, todas as considerações tecidas auxiliam a compreensão do grande conflito que é o enfoque do presente guia: a Guerra do Yom Kippur. De tal forma, será possível desenvolver de forma pormenorizada o conflito de outubro de 1973, destrinchando os aspectos gerais da operação, as capacidades militares das partes envolvidas, as redes de inteligência que auxiliaram o desenvolvimento estratégico, os ataques aéreos do conflito e as batalhas do Canal de Suez.

Em suma, o presente guia visa auxiliar da melhor forma possível a compreensão da Guerra do Yom Kippur, a partir de uma perspectiva histórica e política que seja proveitosa à análise crítica do conflito.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Discutir os conflitos árabe-israelenses não se limita a descrever os fronts de batalha, listar os armamentos empregados ou esquematizar teias de cooperações e alianças. Muito além disso, estudar a presença do Estado israelense no Oriente Médio e os desdobramentos políticos desse fato permite ter uma compreensão da história do Ocidente como um todo, adentrado os conflitos de interesses característicos do período de Guerra Fria.

Apesar de se tratar de uma região com vínculos ao surgimento da História da humanidade, é pertinente destacar um recorte temporal a partir da ocupação britânica da região da Palestina no século XIX. A política intervencionista na região foi denominada como uma forma de “proteção de minorias religiosas” (SCHOLCH, 1992, tradução nossa). Dessa forma, a região da Palestina tornou-se alvo do jogo de influências das grandes potências europeias: Inglaterra, Rússia, França e Prússia¹ (SCHOLCH, 1992).

No advento da Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra desempenhou um importante papel para o remodelamento das fronteiras da região Palestina. Como será aprofundado neste guia, além do conflito em solo europeu, a inteligência britânica investiu esforços de inteligência para o esfacelamento do Império Otomano², como é comprovado pelas correspondências Hussein-McMahon³ (BEININ; HAJJAR, 2014).

Visto isso, é possível afirmar que as fronteiras da região do Oriente Médio que compreende a bacia do rio Jordão foram diretamente afetadas pelas políticas colonialistas europeias e pelo fim da “era dos impérios” pós Primeira Guerra Mundial (BEININ; HAJJAR, 2014).

Avançando na linha do tempo, as fronteiras da região sofreram grandes remodelações após a Segunda Guerra Mundial. O genocídio sofrido pela população judaica disseminou um espírito de reparação dentro da comunidade internacional ocidental, de modo que foi

¹ No século XIX o Reino da Prússia compreendia o norte da Alemanha e o oeste da Polônia, foi comandado pela dinastia Hohenzollern (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2019b).

² O Império Otomano foi criado por tribos turcas na região da Anatólia, na Ásia Menor. Consistiu em um dos Estados mais poderosos do mundo entre os séculos XV e XVI. Foi extinto em 1922, dividindo-se na República Turca e outros Estados do sudeste europeu e do Oriente Médio (ENCYCLOPEDIA BRITANNICA, 2019a).

³ Conforme será aprofundado na seção 3.1 Relações árabe-israelenses - O MANDATO BRITÂNICO NA PALESTINA deste Guia, durante a Primeira Guerra Mundial, Hussein bin Ali era o Xerife de Meca, e Henry McMahon foi o comissário britânico na Palestina (BEININ; HAJJAR, 2014).

revisitado o ideário sionista da reunião dos semitas espalhados pelo mundo para a formação de um Estado judaico (RODRIGUES, 2013).

Para atingir tal objetivo de fundação do Estado judeu, foi proposto o Plano de Partilha da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Palestina, aprovado em novembro de 1947, através da Resolução 181. O plano foi alvo de severas críticas, principalmente por parte da comunidade árabe, pois a delimitação de fronteiras por uma entidade internacional foi vista como uma intervenção imperialista ocidental, afrontando a autodeterminação dos povos árabes da região (RODRIGUES, 2013).

Notadamente, a formação do Estado de Israel foi conflituosa desde o princípio. A aprovação da ONU para formação do estado judaico foi um motivo de desagrado para a Liga Árabe, entidade resultante do movimento de Pan-arabismo⁴. À época, a Palestina estava sob a administração de um mandato britânico, com previsão de término em maio de 1948. Nesse cenário, David Ben-Gurion, futuro primeiro-ministro israelense, declarou a independência e o nascimento do Estado israelense no dia 14 de maio de 1948 (RODRIGUES, 2013).

A fundação do Estado de Israel foi o estopim para a Guerra de Independência, o primeiro grande conflito árabe-israelense do século XX, que durou de maio de 1948 a 10 de março de 1949. Nesse momento, Egito, Arábia Saudita, Síria, Iraque e Jordânia formaram uma coalizão de ataque a Israel. Apesar de possuir uma desvantagem numérica, a tropa israelense possuía objetivos claros e coesão, o que contribuiu para uma vitória ainda em 1949, de modo que o acordo de paz entre Egito e Israel foi assinado em fevereiro, e o acordo entre Israel e Síria foi realizado em julho. Como saldo remanescente desse conflito, Israel obteve cerca de 6000 km² a mais de território do que lhe havia sido designado pelas Nações Unidas, o que alimentou ainda mais o ressentimento dos povos árabes e estabeleceu a cultura de “falsa paz” que marcaria as décadas subsequentes (RODRIGUES, 2013).

Nos anos 1950, a presença imperialista britânica continuou a repercutir nas tensões do Oriente Médio mesmo após desocupação da Palestina, impacto sentido na Crise de Suez de 1956. O cerne da controvérsia foi a administração do Canal de Suez, ponto estratégico que liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho. Construído pelos egípcios e franceses no século

⁴ Sobre o tema, cabe clarificar que “o Pan-arabismo designa o movimento cuja premissa central é que os povos do mundo árabe constituem uma só nação unida por património linguístico, cultural, religioso e histórico comum, apelando ao comunalismo supranacional entre os Estados árabes baseado em preceitos nacionalistas, seculares e estatizantes” (PINTO, 2016).

XIX, o canal passou a ser operado pelos britânicos após a Primeira Guerra Mundial, o que era sentido como um fantasma do imperialismo pelo povo egípcio (DUNSTAN, 2012).

Tal insatisfação com a administração britânica do canal foi somada à política nacionalista de Gamal Nasser, então presidente do Egito, culminando na tomada do Canal de Suez pelos egípcios. Na ocasião, Nasser contou com o apoio da União Soviética, que enxergava de forma negativa a influência das antigas potências mundiais no Oriente Médio, e tinha como objetivo competir com a pressão norte-americana exercida na região (RODMAN, 2013).

A Guerra do Suez de 1956 alavancou o conflito do Egito *versus* Israel, França e Reino Unido. A entrada de Israel no confronto ocorreu após o fechamento do Estreito de Tiran pelo presidente Nasser, inviabilizando a conexão entre Israel e o Mar Vermelho através do Golfo de Aqaba. Apesar da curta duração dessa disputa armada, a Guerra do Suez foi significativa por materializar uma transição do jogo de influências sobre o Oriente Médio, uma mudança do antigo colonialismo europeu para o imperialismo das superpotências americana e soviética na Guerra Fria (DUNSTAN, 2012).

Na década de 1960, um terceiro grande conflito árabe-israelense ocorreu em junho de 1967, a chamada Guerra dos Seis Dias. Na época, as tensões na região estavam acirradas com a intensificação do sentimento nacionalista árabe através do pan-arabismo. Em abril de 1967, caças sírios foram abatidos no Mar da Galiléia, na região norte de Israel, e relatórios apontavam o deslocamento de tropas israelenses posicionadas à fronteira com a Síria (fronteira ao nordeste de Israel). Todos esses avanços contribuíram para que no dia 5 de junho de 1967 Israel atacasse bases aéreas egípcias e enviasse tropas terrestres numa invasão à Península do Sinai em direção ao Egito (na fronteira sudoeste israelense) (DUNSTAN, 2012).

A Guerra dos Seis Dias teve como saldo o maior ganho territorial de Israel desde sua fundação. As regiões de Jerusalém Oriental e a Cisjordânia foram tomadas da Jordânia, enquanto que o Egito perdeu a Faixa de Gaza e a Península do Sinai e a Síria as Colinas de Golã. Nesse sentido, as conquistas territoriais estão relacionadas não somente ao expansionismo militar. De fato, durante o período de guerra o avanço territorial é bastante benéfico para a moral das tropas, contudo, após os conflitos, os efeitos repercutem principalmente no interesse na manutenção de acordos de cessar-fogo (DUNSTAN, 2012).

De forma mais clarificada, é possível afirmar que Estados que se consideram legitimados a uma determinada porção de território não alimentam o anseio de preservar um

acordo no qual se formaliza a perda de tal propriedade territorial. A partir disso, é possível compreender o sentimento egípcio em relação à região do Deserto do Sinai, que foi perdida para Israel durante a Guerra dos Seis Dias (DUNSTAN, 2012).

Nessa perspectiva, a disputa armada da década de 1970 não pode ser classificada como um episódio desvinculado aos conflitos antecedentes. Notadamente, ocorreu uma evolução das pressões e a intensificação de animosidades desde as guerras em 1948, 1956 e 1967. Conflitos que, desde o início refletiram não apenas os interesses dos países da região do Oriente Médio, mas também as intenções das grandes potências mundiais, configuraram os fatores que impulsionaram a eclosão da Guerra do Yom Kippur.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Os recorrentes conflitos entre os povos do Oriente Médio estão diretamente relacionados a questões religiosas, sociais, econômicas e essencialmente históricas. Torna-se importante perceber, assim, a ligação direta entre os dois principais grupos do território, os árabes e os judeus, que costumam ser chamados de "primos", pois são de origem semita e habitam a mesma região. Além disso, o árabe e o hebraico pertencem à mesma família linguística, e as crenças religiosas do judaísmo, do cristianismo e do islamismo apontam para um "pai" comum: Abraão. Essa relação fraterna, entretanto, foi corroída com o passar da história (BEININ; HAJJAR, 2014).

As divergências entre os povos árabes e os judeus geraram inúmeras consequências não só no Oriente Médio como também no mundo todo. Isso porque, sendo essa região uma das mais ricas em petróleo existentes, conflitos e crises internas afetam todos os países exportadores de sua matéria prima, mostrando-se assim a importância de outros países do globo nesse conflito (BICKERTON, 2009).

3.1 Relações árabe-israelenses

O embate entre árabes e israelenses, apesar de um teor fortemente religioso, se pauta essencialmente em uma briga por terras. O território clamado pelos dois grupos era a chamada “Palestina”, local onde habitaram milhares de povos durante toda a história, incluindo judeus, que passaram mais de 1600 anos sendo a população majoritária da região, e os árabes, que se estabeleceram com o passar dos anos e tornaram-se a maioria demográfica nesse território. Essa alteração ocorreu pois os judeus foram, desde a Antiguidade, escravizados, dominados, perseguidos, separados de seus iguais e expulsos de suas próprias terras por povos que dominaram a região, como os egípcios, assírios, babilônios e romanos. Essas sucessivas dominações levaram ao fenômeno chamado de diáspora, ou seja, a migração do povo semita para vários lugares do mundo, fato o qual desenvolveu neles certo ressentimento, pois almejavam unir-se novamente na terra que, em sua percepção, lhes foi prometida por Deus (BEININ; HAJJAR, 2014; SCHILLING, 2018).

Um desejo de união da comunidade semita se desenvolveu com o passar do tempo, e foi intensificado ao sofrerem inúmeras perseguições de outros povos e religiões pelo mundo, como a religião católica, fortalecida primordialmente na Europa. Esses fatos geraram nos judeus a ideia de merecimento das terras da Palestina, não apenas pela promessa de Deus, mas também como recompensa pelo que foram submetidos. Por outro lado, na percepção dos árabes, a terra lhes deveria pertencer, visto que habitaram-na por centenas de anos, representavam a maioria demográfica da região e não acreditavam na validade da ideia de “Terra Santa”. Essa crença, entretanto, caso fosse considerada válida, também colocaria a terra como de seu direito, visto que o “pai dos árabes”, Ismael, é um dos filhos de Abraão (BEININ; HAJJAR, 2014).

SIONISMO E PAN-ARABISMO

No século XIX, se iniciou um processo de identificação e demanda por direitos em vários Estados do mundo. Os judeus, que viviam em diáspora, separados pelo globo, passaram a idealizar um Estado judaico, iniciando assim o movimento chamado de sionismo. Em 1882, ocorreu, então, a primeira onda de imigração dos judeus europeus para a Palestina (BEININ; HAJJAR, 2014).

Sionismo ou nacionalismo judeu é um movimento político moderno que se embasa na ideia de que todos os judeus formam um só povo, uma nação, não apenas um grupo religioso, e que para solucionar o antissemitismo é necessária a concentração dos povos judeus na Palestina e a formação de um Estado judeu. O ápice da ampliação desse movimento ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, época na qual ganhou maior relevância e conquistou apoiadores entre os judeus de todo o mundo, bem como dos povos do Ocidente. Isso ocorreu diante do genocídio de judeus europeus realizado pelos nazistas na Alemanha⁵. Esse fato abriu espaço para o suporte internacional à criação do Estado judeu (BEININ; HAJJAR, 2014).

Dentro do sionismo surgiram divisões, grupos que acreditavam que diferentes atitudes deveriam ser tomadas. Os dois principais são: o sionismo revisionista, o qual considerava necessário revisar as fronteiras do território israelense, buscava a expansão e acreditava ser a

⁵ O extermínio sistemático, burocraticamente organizado e financiado pelo sistema nazista de cerca de 6 milhões de judeus na Alemanha, durante o período que esteve no poder, pode ser chamado de Holocausto. “Holocausto”, originado do grego, significa “sacrifício pelo fogo” (UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM, [20--?]).

luta com armas a melhor forma de criar o Estado judeu; e o sionismo socialista, que presumia ser o melhor meio de formação do Estado a luta de classes e os esforços da classe trabalhadora judaica na Palestina (BEININ; HAJJAR, 2014).

É importante destacar que o sionismo é um movimento formado essencialmente por judeus europeus que foram afastados da Palestina devido à diáspora e a ela desejavam retornar. Dessa forma, diferentemente dos judeus palestinos, esse grupo europeu não convivia com os árabes que habitavam a Palestina e os via como inimigos para a reconquista do território que lhe era devido. Tal fato ocasionou, futuramente, inúmeros conflitos entre os árabes palestinos e os sionistas, tendo em vista que aqueles foram excluídos e marginalizados com a chegada desses, que ignoravam ou desconheciam as suas queixas e os consideravam com desprezo, hostilidade e medo. O sionismo socialista, por um lado, reconhecia a conveniência de buscar uma harmonia com os árabes, mas os revisionistas estavam determinados a alcançar seus objetivos por meios violentos e rejeitavam qualquer tentativa de negociar com os líderes árabes locais, defendendo inclusive a remoção dessa população da região (BEININ; HAJJAR, 2014).

Junto com o crescimento do movimento sionista, entretanto, cresceram também movimentos antissionistas, formados principalmente de árabes indignados com a migração judaica para a Palestina e a venda de terras na região. Isso gerou, entre 1882 e 1914, muitos ataques de grupos antissionistas a assentamentos de judeus que já haviam migrado e se estabelecido no território. Em várias cidades foram formulados, ainda, jornais antissionistas, que protestavam contra a venda de terras para os imigrantes judeus. Destaca-se, todavia, que existiam também árabes palestinos que aceitavam a ideia de Israel, mas se tratavam de uma minoria (BEININ; HAJJAR, 2014).

Em oposição ao sionismo, havia o Pan-arabismo, uma ideologia formulada ao longo do final do século XIX, que afirma serem os árabes de todos os continentes uma nação única e promove a sua união, tendo em vista sua unidade étnica, linguística, cultural e histórica. Seu principal objetivo é o fim da influência ocidental no mundo árabe, sendo esse visto como inimigo e como obstáculo ao seu desenvolvimento, buscando assim a destituição dos governos árabes considerados aliados ao Ocidente. Almeja, desse modo, o rejuvenescimento e a união política no mundo árabe (JANKOWSKI, 1990).

O crescimento dessa linha de pensamento foi essencial para a criação, em 1945, da Liga Árabe, uma organização regional de países árabes, instituída na cidade do Cairo, a partir

do Protocolo de Alexandria, assinado em 7 de outubro desse mesmo ano. Inicialmente composta por representantes do Egito, Iraque, Síria, Líbano e Transjordânia (futura Jordânia), a organização foi crescendo de acordo com que os países árabes iam adquirindo independência. A Liga de Estados Árabes foi formada, dentre outros fatores, devido ao aumento das relações econômicas entre países árabes, e tem como principal objetivo a aproximação dos estados membros, salvaguardando sua independência e soberania e considerando de maneira geral os seus assuntos e interesses (SEITENFUS, 2012).

O MANDATO BRITÂNICO NA PALESTINA

Na Primeira Guerra Mundial, o comissário britânico Henry McMahon convenceu o Xerife de Meca, Hussein bin Ali⁶, a liderar uma revolta árabe contra o Império Otomano, que governava o território da Palestina e era aliado à Alemanha contra a Inglaterra e França. Henry prometeu que se os árabes apoiassem a Inglaterra na guerra, o governo britânico apoiaria o estabelecimento de um Estado árabe independente nas províncias do Império Otomano. A revolta obteve sucesso ao derrotar os otomanos, e a Inglaterra passou a ter controle sobre grande parte dessa área durante a Primeira Guerra (BEININ; HAJJAR, 2014).

Ocorreu, entretanto, que a Inglaterra, durante a guerra, tomou determinadas atitudes consideradas pelos árabes como contraditórias, ao fazer acordos que conflitavam com a promessa que lhes havia sido feita, anunciando que apoiaria o estabelecimento de um país judeu na Palestina⁷ e, ainda, negociando com a França para tirar a Palestina do controle otomano e dividir o governo da região. Seguindo essa linha, ambos os países, França e Inglaterra, convenceram a Liga das Nações a consumir uma autoridade quase colonial nas terras otomanas, e dividiram-nas. A Inglaterra passou a comandar as terras que futuramente converteram-se em Israel, Cisjordânia, Gaza e Jordânia⁸ e, em 1921, dividiu essa região em duas: o Leste do rio Jordão (Emirado da Transjordânia) e o Oeste do rio Jordão (Mandato

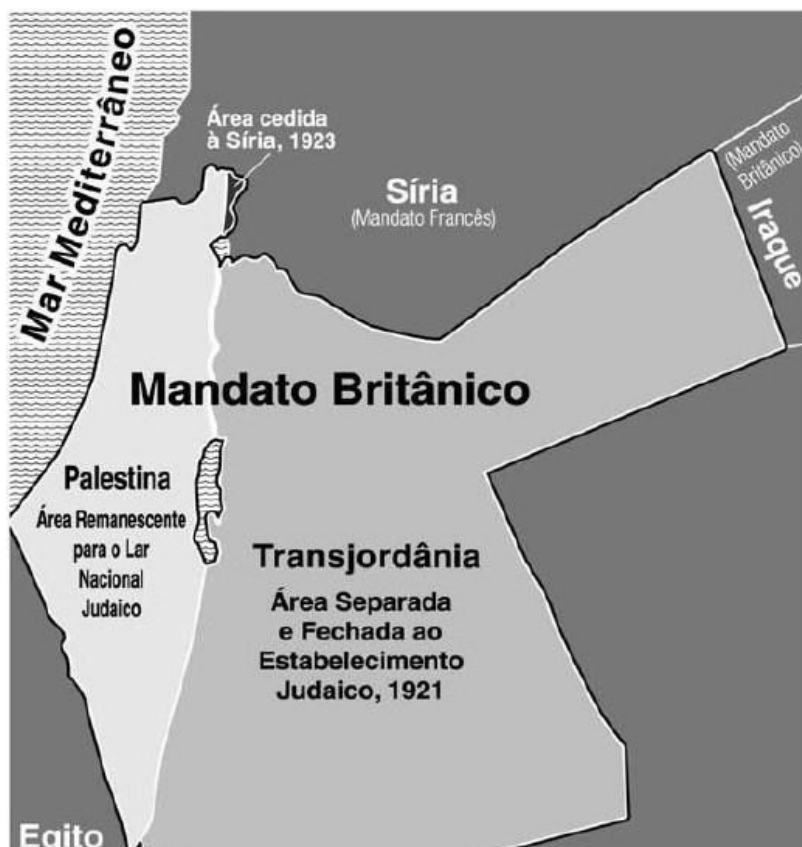
⁶ As cartas enviadas por eles foram publicadas integralmente pela primeira vez em 1939, e são chamadas de “Correspondências Hussein-McMahon”.

⁷ Anúncio feito pela Declaração Balfour, carta escrita em 2 de novembro de 1917 pelo secretário britânico dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour, tendo como destinatário o Barão Rothschild, líder da comunidade judaica do Reino Unido, para que fosse enviada para a Federação Sionista de Grã-Bretanha, demonstrando nela a intenção da Inglaterra de facilitar o estabelecimento do Lar Nacional Judeu na Palestina, caso esses ajudassem a Inglaterra a derrotar o império Otomano. A carta foi publicada na imprensa no dia 9 de novembro de 1917.

⁸ Divisão feita na Conferência de San Remo, realizada pelas potências vitoriosas da Primeira Guerra Mundial.

Palestino), sendo essa a primeira vez na história que a Palestina virou uma entidade política unificada (BICKERTON, 2009).

Figura 1. Divisão da área do Mandato pela Grã-Bretanha, 1921-1923



Fonte: GRIFFIN (2007).

Os árabes estavam ressentidos pelo fato da Inglaterra não lhes ter ajudado a formar o seu Estado, sendo os que moravam na palestina afetados de forma ainda mais intensa pelo anúncio de apoio aos judeus. Tal fato gerou de 1919 a 1921, muitos conflitos entre árabes e judeus, e um grande número de pessoas de ambos os grupos foram assassinadas. Muitos assentamentos judeus foram atacados por grupos árabes que temiam a chegada de uma grande quantidade de imigrantes, tendo em vista que isso prejudicaria seus planos de formação de um Estado independente na Palestina. Nos anos de 1920, os judeus tomaram muitas terras de árabes ausentes e muitos dos que viviam nas regiões foram despejados, causando ainda mais tensão e violência entre eles. Em setembro de 1920, assim, as autoridades britânicas limitaram a entrada de imigrantes judeus a 16.500 por ano (BEININ; HAJJAR, 2014; GILBERT, 2005).

Em suas narrativas do período, tanto árabes quanto judeus procuravam culpar os britânicos, ou uns aos outros, por quaisquer eventos indesejáveis do ponto de vista deles, ao mesmo tempo em que se recusavam a aceitar qualquer responsabilidade. Na realidade, a maioria de ambos os lados viam um ao outro com medo, desconfiança, ignorância, arrogância e hostilidade (BICKERTON, 2009, p. 57, tradução nossa).

As migrações de judeus europeus para a Palestina aumentaram de forma considerável quando Hitler assumiu o poder em 1933 na Alemanha, tendo em vista o Holocausto, com a perseguição e o assassinato dos povos judeus que viviam no país, acarretando assim muitas vendas de terras na Palestina. Essa migração intensa foi vista como prejudicial aos árabes que habitavam a região e isso gerou movimentos de resistência do povo palestino ao controle britânico, ocasionando a revolta árabe de 1936, futuramente nomeada “A Grande Revolta”. Iniciou-se com uma onda de greves, que logo depois, em 1937, avançou para uma forte revolta armada, direcionada às forças britânicas e aos judeus, que tinha como objetivo o cumprimento de suas demandas, as quais incluíam a total proibição da entrada de imigrantes judeus no país, bem como da venda de terras para esse povo e, ainda, a formação de um governo majoritariamente árabe (BEININ; HAJJAR, 2014).

Diretamente atacados e sob promessa da formação do almejado Estado judeu, os judeus se uniram aos britânicos para acabar com a violência que havia se instaurado, prendendo, executando e deportando, assim, junto com as tropas britânicas, os líderes árabes e seus seguidores. A contribuição dos judeus para o fim da revolta trouxe o surgimento de uma força de defesa judia paralela à administração britânica, o Haganá, crucial para a vitória israelense em conflitos que se seguiram. Por outro lado, a revolta foi essencial para o fortalecimento do Pan-arabismo, tendo em vista a sua repercussão nas populações de várias sociedades do Oriente Médio, e se tornou um forte motivo de solidariedade e coesão entre os árabes. Quando a revolta chegou ao fim, em 1939, mais de 4.000 árabes haviam sido assassinados e 15.000 machucados, enquanto mais de 500 judeus foram mortos (BICKERTON, 2009).

A Inglaterra, assim, achou necessário tomar providências para diminuir as tensões na região e proibiu a entrada de imigrantes judeus e a venda de terras, a partir do “Livro Branco” de 1939, que determinava o futuro imediato do mandato britânico na palestina até que se tornasse efetiva a sua independência. O texto se recusava a dividir o mandato em dois Estados, mantendo uma só Palestina independente e governada por árabes e judeus. Uma parcela dos sionistas, mais moderados, aceitou o plano, mas uma grande parte, adepta a um

pensamento mais extremo, viu isso como uma traição, tendo sido a eles prometido um Estado judeu independente, bem como a entrada de refugiados judeus da Alemanha. O Livro Branco foi, assim, o fim da aliança entre britânicos e a parte mais extrema dos sionistas (BEININ; HAJJAR, 2014).

DIVISÃO DA REGIÃO: UM ESTADO ÁRABE E UM ESTADO JUDEU

O fim do mandato britânico na Palestina ocorreu em 14 de maio de 1948. Antes disso, contudo, em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU votou em dividir a Palestina em dois Estados, um judeu e o outro árabe, de modo que cada Estado tenha uma maioria de sua própria população. Não era possível, entretanto, dividir completamente e, por isso, o Estado judeu teria boa parte da sua população formada por árabes e o Estado árabe teria muitos judeus em seu território. A área de Israel seria um pouco maior que a dos árabes, apesar destes terem a maior população, pois era pensado que muitos judeus imigrariam para lá. Jerusalém e Belém seriam zonas internacionais (BEININ; HAJJAR, 2014).

Os judeus aceitaram a decisão das Nações Unidas, apesar de ainda acreditarem na necessidade de aumentar as fronteiras do país. Os árabes, por outro lado, recusaram e viram a decisão da Assembleia Geral como uma traição, alegando terem sido dados muitos territórios para os judeus. Retornaram, a partir disso, as brigas entre esses povos, o que causou nos doze dias posteriores ao plano de divisão o assassinato de 79 judeus e 32 árabes. Por outro lado, apesar de quantitativamente menor, o Hanagá era muito mais organizado e bem preparado. Lançou assim, uma série de ofensivas a partir das quais, perto da primavera de 1948, os judeus estabeleceram controle sobre quase todo o território designado a eles pelas Nações Unidas, tendo nessa mesma época a população judia na região da Palestina crescido de 60.000 para 650.000 habitantes (BICKERTON, 2009).

Figura 2. Partilha da Palestina proposta pela ONU, 1947



Fonte: DUTRA (2011).

Ocorreram, após 1948, três guerras que geraram consequências exorbitantes dentro e fora do Oriente Médio, e afetaram diretamente as relações entre os povos árabes e os judeus. Inúmeras violações dos direitos dos árabes palestinos foram relatadas nesse período de guerras em Israel, nas regiões de Gaza e Cisjordânia, desde punição coletiva como tomada de terra e demolição de casas até fechamento de escolas, estradas e instituições comunitárias. Os palestinos eram presos sem julgamento e era comum a prática de tortura. A explicação dada pelos israelenses era de que o povo palestino era terrorista. Este, todavia, reivindicava e lutava pela soberania sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, bem como almejava estabelecer um Estado palestino (BEININ; HAJJAR, 2014).

ALIANÇAS DO ORIENTE MÉDIO NA GUERRA FRIA

Em 1908 houve a descoberta, no Irã, de lençóis petrolíferos, e, numa época em que o petróleo era desejado por todas as nações do globo, tal fato tornou o Oriente Médio uma região cobiçada por todos os países industrializados. Isso porque o controle das reservas de petróleo conhecidas no globo era, na Primeira Guerra Mundial, um objetivo comum entre as grandes potências mundiais (GLIECH, 2015).

A partir disso, a busca por aproximação das potências mundiais com os países do Oriente Médio se intensificou. Uma importante mudança ocorrida foi, entre 1948 e 1973, a aproximação entre Israel e os Estados Unidos, que, apesar do receio de um embargo de petróleo por parte dos Estados Árabes e das políticas para evitar a aproximação desses com a União Soviética, reconheceu imediatamente o Estado de Israel. Apesar do reconhecimento, os Estados Unidos permaneceram cautelosos e buscaram manter neutralidade nos conflitos entre as nações do Oriente Médio, evitando a retaliação árabe a partir do petróleo, bem como a influência soviética nesses países (BICKERTON, 2009).

Desse modo, os Estados Unidos não haviam, ainda, se tornado aliados de Israel, até a guerra de junho de 1967, ou “Guerra dos Seis Dias”, na qual se tornou clara a percepção de que muitos países árabes haviam se aliado aos soviéticos. A partir disso, os Estados Unidos passaram a vender caças Phantom⁹ para Israel, estabelecendo o precedente para o seu apoio à vantagem militar qualitativa de Israel sobre seus vizinhos (BEECHER, 1972).

Os Estados Unidos, entretanto, permaneceram buscando formas de neutralizar os conflitos no Oriente Médio, mas sua última tentativa, em 28 de fevereiro de 1973, durante uma visita da primeira-ministra israelense Golda Meir a Washington DC, foi fracassada. Meir concordou com a proposta de paz do então assessor de segurança nacional dos EUA, Henry Kissinger, pela qual Israel aceitaria a soberania egípcia sobre todo o Sinai, enquanto o Egito aceitaria a presença israelense em algumas posições estratégicas do Sinai. O Egito, por outro lado, não concordou com as medidas (KISSINGER, 2011).

A aproximação soviética dos árabes é, também, de extrema importância, e deve ser levada em consideração. Lênin, revolucionário russo, rejeitava o sionismo, considerava-o um movimento reacionário, entretanto Stalin, braço direito de Lênin e posteriormente ditador russo, ainda que antissionista, adotou uma política pró-sionista por muito tempo, acreditando que o novo país seria socialista. Por isso, a URSS foi a primeira nação a reconhecer o Estado judeu, três dias depois de sua independência (BROWN, 1948 ; BEHBEHANI, 1986).

Nos anos 50 e durante o restante da Guerra Fria, entretanto, os soviéticos apoiaram alguns regimes árabes contra Israel. Assim, no final da Guerra Fria os judeus que habitavam a União Soviética e migraram para Israel foram perseguidos como possíveis traidores, e, por

⁹ Um dos caças mais poderosos até os anos 90, batendo inúmeros recordes de velocidade e altitude, esse caça-bombardeiro, apesar de extremamente custoso, era de um poderio militar imenso e, assim, configurava uma vantagem para quem o obtivesse.

isso, frequentemente não tinham permissão para ingressar em universidades e tinham dificuldades no mercado de trabalho (KHOURI, 1985).

Apesar disso, os soviéticos deixaram claro que buscavam evitar a guerra, mesmo fornecendo armas ao exército sírio, egípcio, iraquiano e jordaniano. Na guerra de junho de 1967, entretanto, a URSS se posicionou e reagiu à ofensiva de Israel contra o Egito, cortando relações diplomáticas com o país e ameaçando sanções caso a luta com a Síria, o Egito e a Jordânia não cessasse. Além disso, comunicou à Casa Branca que se Israel não parasse as operações militares a União Soviética iria se envolver (BOSE, 1972).

A vitória de Israel na guerra foi considerada prejudicial aos soviéticos, pois os judeus conseguiram destruir muitos países que recebiam equipamentos militares da URSS. O apoio declarado dos Estados Unidos a Israel exacerbou ainda mais as relações entre este e a União Soviética (PRIMAKOV, 2009).

3.2.1. 1ª Guerra Árabe-Israelense: Guerra de Independência

O primeiro conflito entre os povos árabes e Israel, foi a chamada Guerra de Independência, conhecida pelos árabes como Al-Nakba (A Catástrofe). Ela teve início em 15 de maio de 1948 e terminou em 10 de março de 1949, ocorrendo nesse intervalo de tempo vários períodos de confronto direto e de cessar fogo.

O desenrolar inicial desse conflito ocorreu após o Plano de Partilha da ONU, o qual definiu que a população árabe deveria ficar com um território menor que o judeu, mesmo possuindo a maior população.

Com o descontentamento árabe em relação à partilha do território e a iminência da saída britânica da Palestina, as tensões territoriais foram crescendo e deu-se início à chamada Guerra Civil no Mandato da Palestina. Esse conflito que ocorreu entre a aprovação da partilha da Palestina até o início oficial da Guerra da Independência, envolveu os judeus, árabes e os britânicos que controlavam a região até então. Os britânicos ao mesmo tempo em que tentavam apaziguar os conflitos durante essa Guerra, se preparavam para a retirada programada na partilha (JEWISH VIRTUAL LIBRARY, [20--?]).

Além da motivação geográfica, o conflito também tinha bases políticas. Na mesma época do surgimento do Estado israelense, o movimento pan-arábico estava se fortalecendo, como é visto na criação da Liga Árabe. Com isso, a criação de Israel é vista pelos árabes

como uma interferência ocidental, configurando na visão árabe, uma espécie de imperialismo das potências mundiais sobre essa região (LIMA, 2013).

Com o fim do mandato britânico na Palestina planejado para o dia 14 de maio de 1948, à meia-noite, e com conflitos ocorrendo desde a aprovação da partilha, David Ben-Gurion, que viria a se tornar o primeiro-ministro de Israel, declara a independência e o nascimento do Estado de Israel na tarde do dia 14 de maio. Simultaneamente diversos países reconheceram a criação de Israel, inclusive os Estados Unidos e a União Soviética (JEWISH VIRTUAL LIBRARY, [20--?]).

No dia seguinte à assinatura de independência, por não aceitarem a criação do Estado judeu já que o movimento de nacionalismo árabe estava em crescente neste momento e a criação de Israel iria contra o protagonismo dos povos árabes da região, tropas árabes formadas pelo Egito, Arábia Saudita, Síria, Iraque e Jordânia, além do exército formado pelo povo palestino, dão início ao ataque sobre Israel. Essa coalizão atacou Israel por diversas frentes e tinha o objetivo de tomar os territórios que agora pertenciam aos judeus.

O exército árabe tinha a superioridade numérica e era mais bem equipado, mas por ser formado por diversos países, os quais até certo ponto tinham objetivos finais diferentes, foi-se mostrando desorganizado. Enquanto que o exército israelense em inferioridade numérica se mostrou bem mais organizado, fator esse que foi primordial para a vitória israelense. O número estimado de israelenses nas forças armadas era cerca de 140 mil, enquanto que as estimativas de componentes totais das forças armadas egípcia eram de 300 mil pessoas (MORASHÁ, 2003).

Em 1949, com o fim da guerra, armistícios entre os países árabes foram assinados: o acordo de paz entre Egito e Israel foi assinado em fevereiro, enquanto o acordo entre Israel e Síria apenas foi assinado em julho. O conflito deixou baixas significativas para ambos os lados, tendo sido mortos cerca de seis mil judeus, entre militares e civis, o que era cerca de 1% da população judia na época. Já a parte árabe teve cerca de treze mil mortos, totalizando os militares e a população civil.

Além dos mortos e da destruição grande destruição produzida, uma das consequências mais importantes desse conflito foi o grande número de refugiados palestinos gerados nos territórios em disputa. Grande parte dos refugiados ficou nos países árabes, no entanto esses países não deram o apoio que era esperado e apenas a Jordânia ofereceu cidadania aos palestinos desabrigados. Aqueles que não se refugiaram nos países árabes acabaram por ficar

em território israelense e isso fez surgir os campos de refugiados vistos até os dias atuais naquela região (MAGNOLI, 2006).

Além da questão dos refugiados, a guerra teve como consequência direta o estabelecimento das fronteiras de Israel como Estado soberano. Os territórios foram sendo definidos na forma em que estavam no momento do acordo de cada armistício. Em relação à partilha estabelecida pela ONU, Israel obteve no fim do conflito cerca de 5000 km² a mais de território do que lhe havia sido designado. Jerusalém ficou dividida entre Israel, que controlava a parte Ocidental, e a Jordânia que controlava a Cidade Velha e a parte Oriental. Já o Egito, no fim da guerra, ficou com a Faixa de Gaza (MORASHÁ, 2003).

Ao fim da guerra, mesmo com os armistícios, as tensões geopolíticas não cessaram e acabaram por deixar consequências negativas nas relações árabes-israelenses ao longo de todo o século XX. Os países árabes boicotaram Israel, tanto no âmbito político quanto no âmbito econômico e não o reconheciam como Estado-nação. Fato esse que demonstra que os acordos realizados no fim do conflito foram apenas temporários. Essa falsa paz, juntamente com a questão territorial e o problema dos refugiados, ajuda a explicar o surgimento dos conflitos subsequentes que envolveram árabes e israelenses nas décadas seguintes.

3.2.2. 2ª Guerra Árabe-Israelense: Guerra de Suez

A Guerra de Suez, também chamada de Crise de Suez, foi o segundo grande conflito envolvendo o Estado de Israel e um país árabe vizinho. Essa guerra foi bastante rápida, durou de 29 de outubro de 1956 até 7 de novembro do mesmo ano, e envolveu Israel, Egito, França e Reino Unido (NETO, 2012).

O conflito teve início quando o governo egípcio, sob o comando de Gamal Abdel Nasser, nacionalizou o Canal de Suez, que era controlado por empresas francesas e britânicas. O Canal foi inaugurado em 1859, na época em que a França era governada por Napoleão III, com a função de interligar o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho, sendo um grande avanço nas relações comerciais mundiais da época. No seu começo, o Canal era controlado pela França e pelo Egito, mas ainda no século XIX, por causa de dívidas, o Egito teve que vender sua parte para o Reino Unido (NETO, 2012).

Na década de 50, o Egito passa por algumas mudanças políticas e a monarquia egípcia é derrubada, sendo em seguida declarada República. Com o início da República e a ascensão

de Gamal Nasser ao poder, cresce o espírito nacionalista egípcio. Além disso, Nasser, visando o fortalecimento de sua imagem, o desenvolvimento do Egito e a retomada do movimento Pan-arábico, começa a implementar políticas para levar protagonismo para o país, através de projetos de desenvolvimento nacional. Um desses projetos foi a tentativa de construir a Barragem de Assuã com ajuda de financiamento americano e inglês. Todavia, esses países, percebendo a aproximação entre o Egito e a União Soviética, não forneceram os devidos recursos para a construção da barragem. Esse fato, juntamente com a ajuda econômica que a União Soviética estava fornecendo ao Egito e a política nacionalista de Gamal Nasser, foi um dos motivadores da nacionalização do Canal de Suez.

Além da nacionalização do Canal, juntamente com os atritos já existentes entre Egito e Israel, e visando ainda mais destaque no movimento pan-arábico, o presidente Gamal Nasser fechou o Estreito de Tiran inviabilizando a conexão entre Israel e o Mar Vermelho através do Golfo de Aqaba. Isso fez com que os israelenses declarassem guerra ao Egito e entrassem no conflito juntamente com o Reino Unido e a França.

Do ponto de vista militar, esse confronto se deu de forma bastante rápida. Todavia, provocou mortes significativas de ambos os lados. O lado egípcio teve cerca de 3 mil mortos, enquanto que o lado de Israel, França e Reino Unido teve cerca de 230 mortos. Da perspectiva do conflito, essa guerra teve maior influência do aspecto político do que militar, talvez pelo fato de que o mundo passava pela transição do antigo colonialismo europeu para o período de dominação das superpotências americana e soviética na Guerra Fria. Esse contexto permitiu que a influência desses países fizesse com que a Guerra chegasse ao fim de forma rápida (MISACHI, 2017).

Do lado americano, foi percebido que caso o conflito tomasse proporções maiores, a influência soviética na região iria aumentar bruscamente. Enquanto que a União Soviética não queria o aumento desses conflitos por que estava tratando da revolta anticomunista na Hungria. Isso fez com que os dois países optassem pela resolução da rápida do conflito, levando a questão até mesmo para as Nações Unidas e, com isso, através do Conselho de Segurança, exigir a retirada das tropas francesas, britânicas e israelenses do território egípcio (MELLO, 2016).

No fim, após a rápida vitória militar de Israel, essa guerra demonstrou o poderio militar deste frente aos países árabes. Todavia, o Egito pode se considerado o vencedor político desse conflito, após as Nações Unidas darem legitimidade à nacionalização do Canal

de Suez e Gamal Nasser sair fortalecido, além da imagem de líder da região árabe ainda mais consolidada.

3.2.3. 3ª Guerra Árabe-Israelense: Guerra dos Seis Dias

A Guerra dos Seis Dias ocorreu em junho de 1967, mais especificamente entre os dias 5 e 10. De um lado estava Israel, enquanto que do outro uma coalizão formada por Egito, Síria, Iraque e Jordânia. Provavelmente foi o conflito mais importante entre os israelenses e os árabes desde a criação do Estado judeu por causa da extrema influência que ele teve nas relações geopolíticas da região e do mundo nos anos que se passaram.

Além dos conflitos anteriores que deixaram fortes consequências nas relações entre os israelenses e os árabes, o período antes da Guerra é marcado pelo crescimento do sentimento do nacionalismo árabe através do Pan-arabismo. Com isso, o conflito já vinha se desenhando por causa da crescente tensão territorial. Percebendo isso, em 1966 o Egito e a Síria assinam um pacto de defesa mútua com o objetivo de os fortalecer perante um conflito iminente contra Israel.

Em abril de 1967, a guerra começa a tomar forma quando caças sírios foram abatidos no Mar da Galiléia, na região norte de Israel, e um relatório russo é enviado para o Egito informando que tropas israelenses estariam sendo posicionadas próximas à fronteira com a Síria. Isso dá início aos movimentos das tropas egípcias e sírias ao longo do seu território e, em maio, o governo de Gamal Nasser declara às Nações Unidas que ela deveria retirar as tropas que estavam na Península do Sinai desde o fim da Guerra de Suez como um alerta do possível início do conflito (MAGNOLI, 2006).

Com isso, ainda no mês de maio as tropas das Nações Unidas saem da Península do Sinai e o Egito ficava livre para suas movimentações militares. Além disso, da mesma forma que antecedeu a Guerra de Suez, em 22 de maio, Gamal Nasser determinou o bloqueio do Estreito de Tiran, cortando a conexão entre Israel e o Mar Vermelho numa tentativa de enfraquecer o estado israelense (MIRAGAYA, 2017).

Com o aumento das tensões e os posicionamentos das tropas ao longo das fronteiras, os países árabes vizinhos percebem a iminência do conflito e se aliam ao Egito e a Síria. Com isso, em 30 de maio a Jordânia assinou um acordo de defesa junto com o Egito, que é seguido pelo Iraque no dia 4 de junho.

No amanhecer do dia 5 de junho, Israel, com o argumento de que os seus vizinhos estavam se preparando para iniciar o conflito, atacou as bases aéreas egípcias e, rapidamente, em cerca de uma hora, destruiu a maior parte da força aérea egípcia. Ao mesmo tempo em que os ataques aconteciam pelo ar, Jerusalém era zona de confronto entre a Jordânia e Israel, e as tropas terrestres israelenses invadiam a Península do Sinai em direção ao Egito e avançavam pelas Colinas de Golã em direção à Síria.

A estratégia de ataque surpresa usada por Israel logo ao iniciar o conflito se mostrou extremamente útil, além de ter sido o fator determinante para o sucesso israelense na Guerra dos Seis Dias. No pouco tempo de duração do conflito, o sucesso militar de Israel foi tão grande que seu território praticamente triplicou de tamanho e as forças aéreas dos países árabes foram destruídas quase que completamente. Jerusalém Oriental e a Cisjordânia foram tomadas da Jordânia, enquanto que o Egito perdeu a Faixa de Gaza e a Península do Sinai e a Síria as Colinas de Golã.

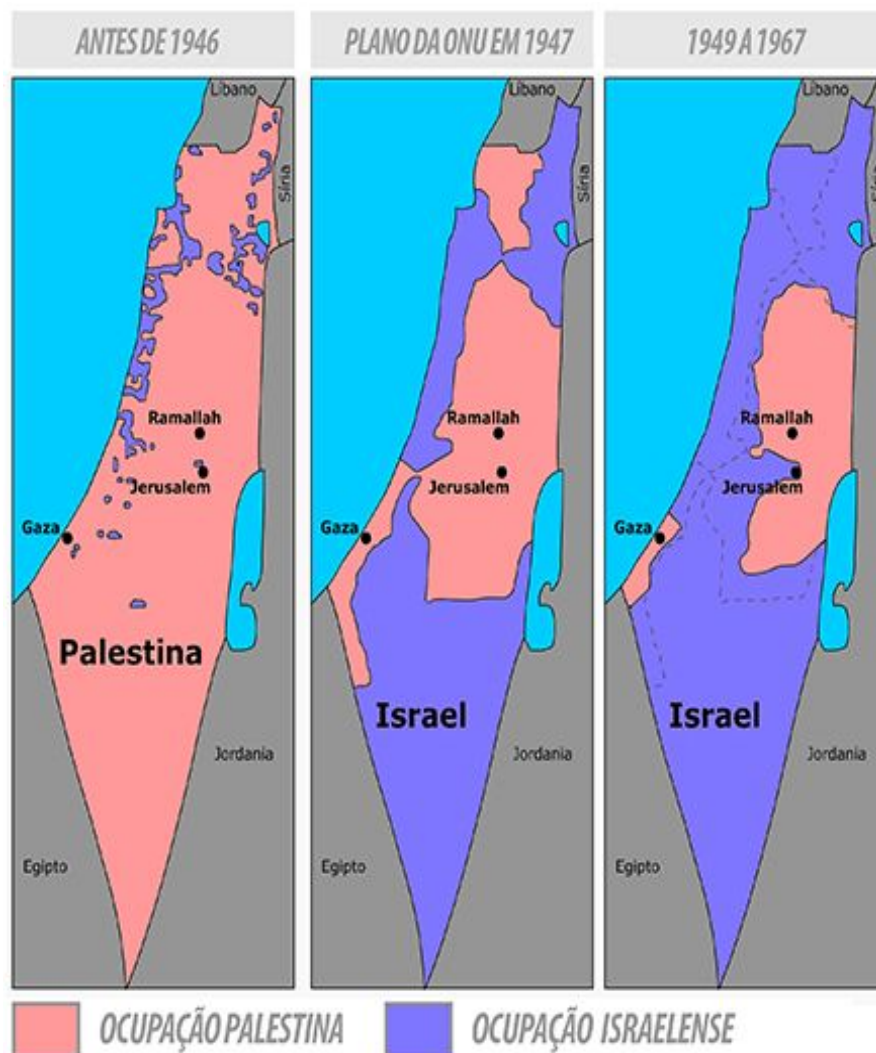
Essa grande vitória militar também foi transmitida em números. Enquanto o lado árabe teve cerca de quatro mil mortos, os israelenses tiveram uma baixa de cerca de 900 pessoas. O sucesso no conflito fez surgir o sentimento de superioridade e invencibilidade por parte de Israel, enquanto os Estados árabes passaram a perceber Israel como o inimigo a ser batido e, nos subsequentes, buscaram uma forma de vingança, fato que foi importante para o início da Guerra do Yom Kippur (MAGNOLI, 2006).

Além do mais, da perspectiva da Guerra Fria, esse conflito colocou seus atores em polos opostos. A política de alinhamento entre Israel e Estados Unidos saiu fortalecida, ao mesmo tempo em que as relações entre os soviéticos e os israelenses foram cortadas, já do lado árabe, a União Soviética passou de vez a ser a principal superpotência aliada.

Após o fim da guerra, em novembro de 1967, a ONU aprovou uma resolução na qual solucionava a questão dos refugiados e determinava a devolução dos territórios conquistados por Israel. Todavia, os israelenses não aceitaram a resolução, argumentando que só iriam cumprir os termos se os países envolvidos os reconhecessem como nação, fato que não ocorreu (MAGNOLI, 2006).

Com isso, percebe-se a importância da Guerra dos Seis Dias, apesar do curto tempo de duração, sendo inegáveis as grandes consequências deixadas nas relações entre árabes e israelenses e abrangendo questões políticas, territoriais e humanitárias que perduram até hoje e são fatores extremamente importantes na geopolítica mundial.

Figura 3. Evolução de ocupação territorial de Israel e Palestina ao longo dos anos



Fonte: UNIVERSIA [20--?].

4 A GUERRA DE YOM KIPPUR

Após o fim da guerra de 1967, restou nos povos árabes um sentimento forte de vergonha, por terem perdido grandes partes da terra para Israel, nação essa que passou a ser vista com temor e como invencível. Tal fato trouxe um sentimento de vingança por parte dos árabes, que viam a guerra como a única forma de recuperar não só os seus territórios como também a sua honra, e, assim, cresceu exponencialmente a tensão entre Israel e seus vizinhos no Oriente Médio. Foi ao final da Guerra dos Seis Dias que, reunidos na Cúpula Árabe de Cartum, os países árabes participantes declararam que não haveria paz, reconhecimento ou negociação com Israel (MOORE, 1977).

Continuaram, assim, as hostilidades entre esses povos, transformando-se em uma Guerra de Atrito¹⁰, que se tratava de um bombardeio de artilharia intermitente e escalonada da linha de frente da IDF (Força de Defesa de Israel) no Sinai, e ataques de comando esporádicos através do canal de Suez. Um cessar-fogo foi assinado apenas em agosto de 1970, intermediado pelos Estados Unidos, no qual foi definido que ambos os lados não deveriam alterar o status quo militar nas zonas que ficavam a 50 km ao leste e a oeste da linha de cessar-fogo (KORN, 1992).

O Egito viu a Guerra de Atrito como um sucesso, por não tê-la perdido, ter mostrado a não invencibilidade de Israel e criado esperança de uma possível vitória em uma guerra. Não tinha, entretanto, intenção de cumprir o acordo, mantendo o transporte de mísseis superfície-ar para o leste. Já Israel, com a moral enfraquecida, reagiu recusando-se a fazer novos acordos mediados pelas Nações Unidas (DUNSTAN, 2003).

Em setembro do mesmo ano, o presidente egípcio Gamal Nasser morreu, sendo sucedido por Anwar Sadat, esse muito mais aberto a firmar um acordo de paz com o povo judaico. Sadat apresentou a Gunnar Jarring, intermediário da ONU, uma proposta a partir da qual se comprometia, em troca da retirada das forças armadas israelenses de todos os territórios ocupados em 1967, a abrir o Canal de Suez, bloqueado desde a guerra, bem como reconhecer Israel como um Estado independente. Golda Meir, primeira-ministra de Israel, entretanto, apesar da decisão em favor do acordo por parte do seu comitê, arquivou o

¹⁰ Método de batalha que consiste em exaurir o potencial físico do oponente por meio de um período prolongado de perda de recursos, com ataques constantes prolongados por muitos meses, evitando que o inimigo se reestruture, levando-o ao colapso.

documento, deixando os Estados Unidos furiosos por ter recusado o que pra eles havia sido a melhor oportunidade de alcançar a paz desde o início do conflito (PODEH, 2015).

Hafez al-Assad, presidente da Síria, por outro lado, buscando fazer da Síria o poder militar dominante, não apostava nas negociações, acreditava que a única forma de resolver o problema e iniciar os acordos diplomáticos seria retomar, à força, as Colinas de Golã, para que assim, após a retomada, Israel abandonasse a Cisjordânia e a faixa de Gaza e fizesse outras concessões. Enquanto isso “Sadat via seu governo se tornar, nos três anos após a posse, o mais desmoralizado da história egípcia, uma economia decadente aumentou o desânimo da nação. A guerra era uma opção desesperada”. Sadat percebia, assim, que, ainda que quisesse um acordo de paz, a melhor forma de conseguir o apoio da população para que pudesse implementar as suas reformas de governo seria vencendo uma nova guerra contra Israel (RABINOVICH, 2004).

Iniciou-se, assim, uma busca por aliados: o Egito se unido à Síria, que também havia perdido muitos territórios em 67. As nações decidiram por se unirem mesmo tendo se afastado anteriormente por conta de seus objetivos divergentes - enquanto os egípcios buscavam recuperar o território árabe, a Síria, junto com a OLP¹¹, cobiçava a destruição de Israel. Sadat, entretanto, convenceu al-Assad a aceitar objetivos mais limitados, como a recuperação do território ocupado em 1967, um acordo relacionado ao problema dos refugiados e o reconhecimento de uma identidade Palestina (DUNSTAN, 2003).

Os Estados Unidos não eram uma opção, pois apoiavam Israel, enviando-lhe suprimentos militares desde os anos 60, porque acreditavam o equilíbrio vindo da dominação militar dessa nação ser a melhor chance de chegar à paz no Oriente Médio (LEWIS, 1999). Outros países árabes, ainda, não estavam tão interessados na guerra. O rei jordaniano Hussein, além de temer uma nova perda de território, havia entrado em conflito com a Síria na crise do Setembro Negro, ocorrida na Jordânia, na qual a Síria apoiou a OLP, opositores do governo jordaniano (BAILEY, 1984). O Líbano não se uniu devido ao seu pequeno exército e evidente instabilidade. O Iraque e a Síria haviam, também, se desentendido, tendo aquele se recusado a participar da ofensiva inicial, mas foi convencido por Sadat a enviar tropas e aeronaves em uma futura guerra contra Israel (MA'OZ, 1995).

¹¹ Organização política e paramilitar tida pela Liga Árabe desde outubro de 1964 como a "única representante legítima do povo palestino." (MADIHA, 1993).

A União Soviética, após a guerra de 1967, passou a ter uma postura mais pacifista, buscando evitar a guerra no Oriente Médio, de modo a não serem arrastados para um confronto com os Estados Unidos. Em contrapartida, ao decidir, em 1971, que a guerra era a única opção, Sadat pressionou a União Soviética a enviar mais armas, incluindo mísseis “Scud”¹² como um contrapeso ao arsenal nuclear israelense (DUNSTAN, 2003).

Os soviéticos aumentaram, assim, as entregas de armas, apesar de, ao mesmo tempo, alimentarem as mais profundas dúvidas sobre o resultado de qualquer guerra iniciada, temendo uma repetição do desastre de 1967. Por causa disso, retardaram a entrega das armas mais sofisticadas solicitadas por Sadat, o qual pouco contribuiu para melhorar as relações conflituosas entre os militares egípcios e seus conselheiros soviéticos mais céticos, que não acreditavam na efetividade de uma possível guerra (DUNSTAN, 2003).

Em julho de 1972, os soviéticos descobriram que o Egito estava se preparando para atravessar o canal de Suez, o que era inaceitável para eles. Sadat, assim, determinado a ir à guerra, almejando evitar contradições internas e assustar os soviéticos para induzi-los a enviar as armas sofisticadas que haviam sido anteriormente solicitadas, expulsou quase todos os conselheiros militares soviéticos do país, tornando a política externa mais favorável aos Estados Unidos. Pouco tempo após a expulsão, boa parte dos conselheiros militares soviéticos voltaram e os russos demonstraram aquiescência aos planos de guerra de Sadat (DUNSTAN, 2003).

O plano de guerra havia se iniciado em 1971 e foi conduzido em absoluto segredo, inclusive dos comandantes de alto escalão egípcios, que só souberam dos planos menos de uma semana antes da investida. A operação de ataque ao Sinai foi chamada de Operação Badr, já a ocorrida nas Colinas de Golã chamava-se Operação Spark. No início de 1973, a Aman, Direção de Inteligência Militar de Israel, já estava quase completamente ciente dos planos de guerra árabes- sabiam que o Segundo e Terceiro Exércitos Egípcios tentariam atravessar o canal de Suez e atravessar dez quilômetros até o Sinai (GELLER, [20--?]).

O lado árabe, entretanto, utilizou uma estratégia de falso alarme, conduzindo muitas vezes, em 1973, exercícios militares de larga escala que colocavam os israelenses em alerta, fazendo-os acreditar que a guerra iniciaria a qualquer momento e, assim, mobilizando seu exército. Os egípcios, ainda, asseguraram a transmissão contínua de informações falsas sobre

¹² Mísseis construídos pela União Soviética que tinham um alcance de 270 km, que diminuía para 150 km se o míssil estivesse transportando uma ogiva nuclear.

falta de preparo, problemas na manutenção e dificuldade com os equipamentos. Em maio e agosto de 1973, o exército egípcio realizou exercícios militares perto da fronteira, tendo chegado a Israel a informação de que o Egito e Síria iniciariam a guerra em 15 de maio. O exército israelense se mobilizou em resposta a ambos os países a um custo considerável. Os árabes buscavam, a partir disso, fazer Israel desacreditar de possíveis alertas e, ainda, descartar os preparativos de guerra antes de o ataque ser lançado (BAR-JOSEPH, 2016).

Quatro meses antes do início da guerra, Henry Kissinger, diplomata americano, propôs uma oferta para o emissário de Sadat: retomar o Sinai para o controle egípcio, com a saída total de Israel, exceto de alguns pontos estratégicos. Sadat nunca respondeu, pois já estava determinado a entrar em guerra com Israel. Na semana anterior ao ataque inicial, o exército egípcio fez mais um treinamento de larga escala na fronteira, esse com duração de uma semana. A Aman, entretanto, considerou como mais um dos alarmes falsos dados pelos egípcios, sendo de fato apenas um treinamento (KISSINGER, 2011).

Houve também movimentos de tropas sírias na fronteira, mas não foram vistos como uma ameaça pela Aman porque eles acreditavam que a Síria apenas entraria em guerra se o Egito também o fizesse, e haviam recebido informações que o Egito só atacaria depois que os equipamentos militares necessários chegassem. Apesar de considerar improvável a ameaça, os israelenses enviaram reforços para as Colinas de Golã (BAR-JOSEPH, 2016).

Em 27 e 30 de setembro, dois grandes grupos de reservistas foram chamados para participar dos exercícios na fronteira egípcia, sendo esses desmobilizados dois dias antes da guerra, fato que foi anunciado publicamente pelos egípcios. Assim, em torno de 20 mil tropas foram desmobilizadas e enviadas para Mecca. Dessa forma o Egito buscava diminuir as suspeitas israelenses para facilitar o elemento surpresa (GAWRYCH, 1996).

O dia escolhido para o início da guerra foi 6 de outubro de 1973, no feriado de Yom Kippur, o “Dia do Perdão”¹³ judeu, durante o qual nada pode ser comido ou bebido, sendo considerado pelos árabes uma vantagem o fato dos soldados israelenses estarem em jejum. Por outro lado, no feriado de Yom Kippur a maioria das pessoas permanece em casa, logo, se tornou mais fácil para os judeus mobilizar tropas e transportá-las, tendo em vista que as estradas estavam vazias e as linhas de comunicação estavam abertas (CHIFF, 1974).

¹³ Um dos mais importantes feriados judeus, no qual todos os pecados são apagados. Há uma preparação intensa de orações e abdições que antecedem ao dia de Yom Kippur, e todos os judeus se submetem a vários sacrifícios para que seus corpos possam ser “limpos de todo o mal” e seu espírito possa se renovar.

Um dia antes da guerra, o general israelense Ariel Sharon recebeu fotos aéreas e percebeu que a concentração do exército egípcio no canal de Suez estava muito além do que havia estado durante os exercícios de treinamento, e que os egípcios haviam acumulado todo o equipamento de travessia ao longo do canal. Percebendo a certeza de uma guerra iminente, era esperado de Israel que realizasse um ataque preventivo, fato que foi discutido 6 horas antes do início da guerra, em uma reunião do Ministro da Defesa Israelense e do Chefe do Estado-Maior¹⁴ com a primeira-ministra Golda Meir. A primeira-ministra se mostrou totalmente contrária ao ataque preventivo, tendo em vista a necessidade que teriam de receber reforços dos Estados Unidos, fato que não ocorreria se Israel fosse responsabilizado por iniciar a guerra. Desse modo, nenhum ataque preventivo foi realizado (RABINOVICH, 2004).

4.1 Aspectos gerais da operação

A estratégia militar árabe arquitetou seu plano em duas principais estratégias: a retirada parcial das tropas israelenses dos territórios tomados e um sofisticado ataque surpresa, o qual foi denominado de “plano de decepção” e mobilizou os exércitos árabes às escondidas para o ataque ao território israelense. As campanhas ofensivas envolvidas foram separadas estrategicamente no território, porém ainda conectadas. O objetivo operacional central em ambas as campanhas árabes era seguir passos militares limitados antes mesmo que os israelenses pudessem arquitetar uma mobilização de contra-ataque. O Egito planejou atravessar e tomar o perímetro ao longo da costa leste do Canal de Suez, derrotando lá as posições de defesa israelenses, e então se preparou para avançar, se as circunstâncias assim permitissem, mais além em passes estratégicos. A Síria, por sua vez, planejou derrotar as fortalezas israelenses sobre as Colinas de Golã e tomar toda a Planície de Golã. (JORDAN, 1997)

O ataque no front egípcio foi elaborado pela ação coordenada entre Egito e Síria, cujo planejamento levou o nome de Operação Badr, iniciando a guerra árabe-israelense de 1973 (COCHRAN, 1998). O escopo da operação tinha cunho estratégico e o objetivo de atravessar

¹⁴ Estado-Maior se trata de um órgão que reúne os oficiais superiores do exército, que é responsável pelas necessidades administrativas, operacionais e logísticas das unidades militares, além de providenciar informações e planejamento para apoio aos comandantes.

o Canal de Suez, destruir a Linha Bar Lev¹⁵, estabelecer pontes e repelir contraofensivas israelenses. Contribuíram para a execução da Operação, os aspectos operacionais de espaço, tempo e força. No primeiro aspecto, percebia-se, por exemplo, o próprio Canal sendo já um grande obstáculo militar, de forma que o seu nível de água estava, aproximadamente, dois metros abaixo dos bancos do Canal, cobertos com concreto reforçado, tornando-o quase impossível de transpassar sem alguma ajuda (COCHRAN, 1998).

No segundo aspecto, sendo de extrema importância para o Egito evitar um ataque preventivo israelense e atrasar o contra-ataque israelense, organizou-se o plano de “decepção” que consistia no pré-condicionamento, em apresentar aos analistas da inteligência israelense um padrão “normal” de atividade militar. E quanto à força, destaca-se a participação soviética na contribuição das armas e conselheiros, além da tática egípcia que refletiu os métodos soviéticos, com destaque ao poder de fogo e às operações, aumentando as capacidades de defesa aérea e defesa antitanque (COCHRAN, 1998).

A referida Operação Badr foi organizada como um ataque de duas fases ao longo do comprimento do Canal de Suez. Na primeira fase, as brigadas principais do primeiro escalão de divisão estabeleceriam três plataformas divisionais no banco leste do Canal entre Porto Said e Ismailia. Na segunda, as divisões do segundo escalão atravessariam o Canal para estabelecer cinco plataformas divisionais, que iria se consolidar em uma única plataforma de 20 quilômetros de profundidade (O’BALLANCE, 1978).

Já a Força Aérea egípcia, tinha a missão de conduzir ataques de 60 quilômetros de profundidade em apoio ao cruzamento do Canal, sendo seus alvos iniciais as posições de comando israelenses avançadas, as instalações de radar e comunicação, os sítios de mísseis e os campos aéreos avançados. Ao seguir o cruzamento do Canal, as Forças Aéreas eram restritas, geralmente, ao apoio aéreo próximo e interdição das formações blindadas israelenses, com o Serviço de Defesa Aérea mantendo apoio às forças da superfície nos estágios inicial da operação (COCHRAN, 1998).

¹⁵ Parte do sistema de defesa israelense: além dos bunkers, trincheiras no estilo da Primeira Guerra Mundial e posições de metralhadoras e artilharia, a defesa principal da Linha Bar Lev foi uma montanha de areia com cerca de 150 km de extensão e entre 20 a 25 metros de altura com inclinações de 45 a 65 graus, dificultando muito a passagem de soldados a pé e impossibilitando a passagem de qualquer veículo. As trincheiras, bunkers e posições de tiro ficavam atrás desta montanha, por onde tropas egípcias deveriam descer ficando expostas aos disparos do IDF (ROITBERG, 2016).

O objetivo da Marinha egípcia era proteger os flancos do norte e do sul do cruzamento do Canal através de operações no Mediterrâneo e no Golfo de Suez, e bloquear o Estreito de Bab El Mandab na entrada do Mar Vermelho (COCHRAN, 1998)

O furor inicial da invasão procedeu com massivos ataques de artilharia, apoiados pelas operações aéreas. Soldados da infantaria egípcios armados com mísseis guiados antitanque¹⁶ atravessaram o Canal em botes infláveis e escalaram a barragem, passando pelos pontos fortes israelenses e logo estabelecendo uma linha de defesa antitanque. Os engenheiros egípcios começaram a romper a barragem com canhões de água de alta pressão e, já pela meia-noite, pontes de barcas e balsas permitiram a movimentação de forças egípcias adicionais à barreira leste do Canal (COCHRAN, 1998).

O ataque súbito das forças egípcias através do Canal, além do ataque sírio nas Colinas de Golã, interrompeu elementos críticos do plano de mobilização reserva israelense, permitindo que os egípcios obtivessem êxito nas surpresas operacional e tática. A deficiência mais marcante da operação árabe foi a falha em alcançar unidade de comando - não havia combinação de quartéis-generais egípcio-sírios ou um único comandante com autoridade de impor ordens a ambos os fronts (O'BALLANCE, 1978).

O objetivo no front da Síria era recapturar todo o Planalto de Golã dentro de 30 horas, já que pensaram que a mobilização israelense precisaria do dobro de tempo para mobilizar suas reservas. O plano seria, por meio aéreo, atacar alvos do Planalto, em que se incluía a Ponte Benot Yacov. Também deveria ser tomado e mantido por tropas helicoportadas imediatamente após o ataque e, ao mesmo tempo, o posto militar israelense no Monte Hermon deveria ser tomado para privar os israelenses de sua visão do campo de batalha. O principal peso do ataque sírio e inicial enfoque era para ser feito através da passagem de Rafid. (O'BALLANCE, 1978).

4.2 Capacidades militares

Após a derrota da Guerra dos Seis Dias, o ganho expressivo de territórios pelas Forças de Defesa de Israel, a IDF, fez aumentar em três vezes o tamanho inicial do país, afetando, principalmente as terras do Egito, Síria e Jordânia, com a conquista das Colinas de Golã,

¹⁶ Míssil antitanque são especialidade russa de míssil guiado projetado para abater e destruir tanques ou qualquer outro de veículo militar com blindagem.

Península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia, e também a parte leste de Jerusalém (DUNSTAN, 2003). Após a falha de negociações territoriais o exército egípcio reergueu-se, tendo ao seu lado, especialmente, a Síria, para desenvolver sua campanha militar, além do largo apoio diplomático da Liga Árabe (DUNSTAN, 2003).

Separados em dois fronts, o de Suez e o das Colinas de Golã, Egito e Síria iniciam campanhas interligadas para recuperação de suas terras. O Egito se aproximava das fronteiras israelenses com o objetivo de forçar, militarmente, a retirada parcial dos soldados de Israel dos territórios ocupados, como o Canal de Suez e as terras do Sinai, e, aliado com a intervenção política internacional, a sua total retirada do controle de território (JORDAN, 1997).

A Síria, por sua vez - concordavam os líderes árabes-, poderia recuperar totalmente seu território das Colinas de Golã perdido em 1967. Nesse sentido, o Egito inicialmente destacou significativamente a sua tropa em superfície, com grande efetivo de equipamentos de defesa aérea, para, então, impor um bloqueio naval contra Israel, evitando o confronto direto com seus navios (JORDAN, 1997).

Visando à neutralização da vantajosa força aérea israelense, as tropas egípcias e sírias construíram fortes estruturas de defesa aérea com SAMs¹⁷ e canhões ZSU-23 de AAA¹⁸ de quatro canos, munições guiadas com precisão, como o míssil Sagger guiado antitanque¹⁹ e o RPG-7, além de MIGs e tanques T-55, T-62- aparelhados com equipamentos de visão noturna- com e mísseis antiaéreos - SA-2 SA-3 SA-6 SA-7-²⁰, a fim de prover a anulação da capacidade aérea israelense (JORDAN, 1997). Os sírios, por sua vez, optaram por avançar suas forças concentradas em colunas. A capacidade aérea principal permitida aos árabes pelos soviéticos, pelos aviões An-12 e o An-22²¹, assim, era cerca de 45% a 58% utilizado da sua capacidade. (HANSEN, 1988)

No ponto de ação entre Egito e Israel, as forças armadas egípcias eram compostas por volta de 600 mil a 800 mil tropas, das quais se tinha apenas 300 mil posicionadas, com 66.000 oficiais e com aproximadamente metade desse número implantado para a futura ofensiva. As

¹⁷ *Surface-to-air missiles*, também chamados de mísseis terra-ar. São lançados da superfície para atingir aeronaves ou outros mísseis.

¹⁸ *Anti-aircraft artillery*, ou artilharia antiaérea.

¹⁹ ATGM, *anti tank guided missile*, ou míssil antitanque. Míssil guiado projetado para abater e destruir tanques ou qualquer outro tipo de veículo de militar com blindagem.

²⁰ Mísseis *surface-to-air*.

²¹ An-22 era versão maior que o A-12, de modo que este podia transportar 22 toneladas de suprimento e aquele 85 toneladas, nas quais se incluíam equipamentos de guerra.

forças egípcias compreendiam 19 brigadas²² de infantaria, 8 brigadas mecanizadas, 10 brigadas blindadas, 3 brigadas aéreas, uma brigada anfíbia e 4.000 peças de artilharia, além de 1700 tanques de batalha principais - MBTs²³ - e 2.000 veículos blindados de batalha. Quanto à sua força aérea, o Egito compreendia 150 baterias de mísseis superfície-ar (SAM) e 2500 armas antiaéreas. A Força Aérea Egípcia apresentou 620 aeronaves de combate, 60 aviões de transporte e 190 helicópteros. Entre essas aeronaves estavam, 180 caças-bombardeiros Su-7 FITTER e MiG17 FRESCO, 210 interceptores MiG-21 FISHBED e 25 de bombardeios-médios Tu-16 BADGER, e 90 helicópteros large MI-8s, de 20 a 30 MI-6s, e de 70 a 80 MI-4s²⁴ (COCHRAN, 1998).

Ao longo de seu front, ao todo, havia cinco divisões de infantaria e um número independente de brigadas blindadas cobertas por 3 divisões mecanizadas e 2 blindadas. Cada divisão de infantaria, tinha a força de 3 brigadas e eram apoiadas por uma brigada de 120 tanques cada. A brigada de tanques continha 3 batalhões - cada batalhão para uma brigada de infantaria-, com tanques tais como T-34, T-55, T-62, PT-76, que são veículos de combate blindados, além veículos mecanizados de combate, como o BMP-1 e dos veículos de transporte de pessoal, por exemplo os BTR-40, BTR-152. As infantarias possuíam também um batalhão de armas antitanques SU-100 e armas guiadas antitanques equipado com RPG-7 e Sagers.

Cada divisão mecanizada incluía duas brigadas mecanizadas, e uma blindada. As divisões blindadas englobavam duas brigadas blindadas e uma brigada mecanizada, com tanques separados para divisão. Estavam presentes o 2o Exército Egípcio - 2ª, 18ª e 16ª Divisões - na metade norte do Canal do Porto Said até o Grande Lago Amargo, pelo centro, no qual corria a linha divisória com o 3o Exército Egípcio - 7ª e 19ª Divisões - cujo o front se estendia até a cidade de Suez (DUNSTAN, 2003).

²² Brigada é uma tática de formação militar, composta, normalmente, por 3 a 6 batalhões, mais os elementos de apoio, como artilharia e engenheiros. Normalmente, brigadas formadas em divisões são de infantaria ou blindadas. Duas brigadas ou mais podem constituir uma Divisão. Uma brigada contém, em média, 3.000 soldados.

²³ *Main battle tank*, tanque de batalha principal, também chamado de tanque de guerra ou carro de combate. Exerce ele o papel de fogo direto blindado e manobra nos exércitos

²⁴ Su-7 FITTER: aeronave supersônica desenvolvida pela União Soviética; MiG-17 e MiG-21: avião de caça desenvolvido para a União Soviética; Interceptador ou interceptor é um tipo muito específico de avião de caça, concebido para interceptar e abater aeronaves inimigas, geralmente bombardeiros mas, ocasionalmente, também outras aeronaves de ataque à superfície; TU-16 é um avião bombardeiro a jato da União Soviética; M-4, Mi-6 e Mi-8 são helicópteros russos desenvolvidos para o transporte de carga pesada ou tropa.

Já no ponto de ação entre Síria e Israel, contava-se com um efetivo aproximado de 150 mil tropas. A infantaria síria possuía uma brigada de infantaria, duas brigadas de infantaria mecanizadas e uma brigada blindada. As brigadas infantaria e infantaria mecanizadas possuíam 3 batalhões de infantaria, um batalhão de 40 tanques - T-44 ou T-55 - e um batalhão de artilharia de campo, ainda, com brigadas blindadas com 3 batalhões de 40 tanques. Ao todo, a divisão de infantaria síria teria 10 mil homens, 200 tanques, 72 peças de artilharia, além de esse mesmo número de armas antiaéreas e SAMs. As Divisões das 5ª, 7ª e 9ª Infantarias, com brigadas blindadas anexadas se distribuem do norte ao sul do front, como também a 1ª e 3ª Divisões Blindadas (DUNSTAN, 2003).

As formações no front de Golã eram localizadas nas colinas do Monte Hermon, com uma brigada marroquina; norte de Quneitra-Damasco, a 7ª Divisão de Infantaria ; sul da estrada com um front que se estendia de Quneitra até o norte de Rafid, a 9ª Divisão de Infantaria ; sul e leste de Rafid e norte do Vale de Jarmuque, a 5ª Divisão de Infantaria ; entre Katana, seu campo fixo e Sasa, a 3ª Divisão Blindada; e sul e oeste da base de Kiswe (DUNSTAN, 2003).

Em realidade, apenas a Divisão da 5ª Infantaria operava com toda sua capacidade de inventário - com todos seus veículos blindados e mecanizados- enquanto a 7ª e 9ª, respectivamente com 80% e 50%. Já as 1ª e 4ª Divisões Blindadas operam com toda sua força, contendo, cada uma, 120 tanques, com possibilidade de, ainda, com uma brigada de infantaria mecanizada, utilizar mais de 250 tanques em campo. Assim, para o ataque, os sírios tinham em suas forças cerca de 60.000 homens, 1.400 tanques e 800 peças de artilharia. O contingente ainda é complementado com a contribuição árabe internacional de uma MiG-17, e um MiG-18 da Argélia; dois esquadrões Mirage III da Líbia, e um esquadrão Hawker Hunter do Iraque. O perfil da operação tem, principalmente, o objetivo de controlar o ataque aéreo de mísseis e bombardeios, complementado por um grande protagonismo voltado para a atuação de seus tanques antiaéreos (DUNSTAN, 2003).

4.3 Redes de inteligência

O setor de inteligência militar tem em suas funções a coleção, a análise, proteção disseminação de informação de valor estratégico e tático, tais como informações de longo

alcance com intenções de destruir potencial militar, até mesmo pequenas ações que têm imediata influência em campo. Assim, a inteligência oferece guias e direções, que assistem comandantes em suas operações terrestres e aéreas, como também possibilita previsões de futuros ataques (CULPER, 2018).

As operações de inteligência assistem na ponderação de risco de estratégias, visando ao êxito na concreção dos objetivos dos ataques. Nesse ponto, a contribuição estratégica, em que se inclui também o apoio bélico, da União Soviética com o Egito foi um dos pontos cruciais para a gradativa tomada de frente do Egito e dos países árabes aliados na Guerra, apesar de os Soviéticos não terem tomado nenhuma iniciativa para a guerra (QUANDT, 1976). Os exércitos de ambos, Egito e Síria, concentraram-se no ataque terrestre, e seu treinamento foi, principalmente, enfatizado para as fases iniciais de ataques, sofrendo, posteriormente, no controle, comando e manutenção de seus exércitos (CIA, 2004).

Muito tempo antes da guerra, os egípcios construíram montes na superfície com o fim de funcionarem como postos de observação para o lado israelense do Canal de Suez, além disso, a equipe de artilharia poderia olhar sobre o muro de areia de cerca de 15 metros construído por Israel e lançar fogo em suas instalações e reforços, a uma distância de 5 quilômetros do Canal. Os egípcios também elaboraram um sistema diversificado e denso de defesa aérea contra a Força Aérea Israelense, com dúzias de unidades superfície-ar SA-2, SA-3, SA-6, SA-7, artilharia antiaérea guiada por radar, e pesadas metralhadoras (CIA, 2004).

As redes de inteligência se dividem em níveis de acordo com cada nível de guerra, o que permite um fluxo de informação e inteligência em cada comando. A construção desses níveis permite que os líderes de todos os patamares de guerra tomem decisões na alocação das capacidades de inteligência. Podemos dividi-la em inteligência Tática, Operacional e Estratégica (CULPER, 2018).

A inteligência no quesito Tático é usada por comandantes, planejadores e operadores para a condução e planejamento de batalhas, missões especiais e engajamentos. Centra-se nas ameaças imediatas percebidas por tais comandantes, ou seja, trata-se da ação no campo de batalha. Esse nível de inteligência trabalha no planejamento de apoio e de execução de batalhas, atividades de força conjunta e engajamentos. Falhas na inteligência tática podem levar a perda de vidas, de equipamentos e de batalhas, apesar de que uma inteligência tática não leva, necessariamente, a perda de uma guerra, como também o seu sucesso não quer dizer o êxito nos níveis Operacional, Estratégico e Institucional (CULPER, 2018).

Já o plano Operacional ocorre em comandos conjuntos, tais como comandos de combate ou quartéis-generais de forças conjuntas subordinadas. A inteligência Operacional assiste comandantes de várias unidades de níveis de serviço a atuarem em uníssono. Envolve, normalmente, regiões médias com várias batalhas. As consequências de uma falha na inteligência Operacional alcançam de derrotas de unidades táticas no campo de batalha até perda de campanhas no espaço de batalha. Contudo, o sucesso tático pode superar uma falha operacional (CULPER, 2018).

A inteligência Estratégica, por sua vez, assiste no desenvolvimento do sistema de armas e requisições de estrutura de força. Um ataque surpresa em uma guerra, por exemplo, se enquadra em um ataque estratégico. As consequências de uma falha em nível estratégico podem ser terríveis, mas não necessariamente representam uma ameaça para existência de uma nação. Por vezes, uma falha estratégica consiste simplesmente na incapacidade de prever eventos globais, um exemplo é o colapso da União Soviética. Desse modo, a inteligência Estratégica envolve o cenário global, macro a nível nacional, e o conjunto do Teatro de Operações (CULPER, 2018).

4.4 Ataques aéreos

O desenvolvimento da tecnologia aérea de guerra foi bastante acentuado após a Primeira Guerra Mundial, de modo que ocorreu uma intensificação de pesquisa e inovação aérea durante o período entre guerras. Nessa perspectiva, a tecnologia aeronáutica passou a ser vista como uma forma eficaz de restaurar o poder de domínio e ofensividade ao campo de batalha, em contrapartida à experiência de guerra defensiva e estática observada na Primeira Guerra Mundial (GLANTZ, 1984).

Ainda no tocante à tecnologia de guerra, diferentemente do que foi observado na Guerra dos Seis Dias (1967), na Guerra do Yom Kippur (1973) não existia um desequilíbrio tão acentuado entre o poder aéreo Israelense e o poder Sírio-Egípcio. De fato, as forças sírio-egípcias receberam o reforço da tecnologia aérea soviética que trouxeram novas dimensões aos campos de batalha. Além dos efeitos potencialmente devastadores do poder de fogo aéreo, as aeronaves ofereceram possibilidades de envolvimento vertical (tática de ataque

aos flancos e à retaguarda) e permitiram a maior garantia de sucesso em operações em profundidade (GLANTZ, 1984).

Nesse sentido, o desenvolvimento de aeronaves e também de tecnologia antiaérea revolucionou o dinamismo de combate, libertando a estratégia de avanço de campo dos grilhões das antigas guerras de posição (GLANTZ, 1984). O ataque aéreo móvel e fluido marcou o desenvolvimento do combate no front do Sinai e também no front das colinas de Golã.

Contudo, apesar da relativa paridade de forças, a rede de inteligência e tecnologia antiaérea israelense possuía a capacidade e recursos necessários para identificar ataques das forças árabes com horas de antecedência. Todavia, a identificação prévia de um ataque árabe coordenado nos fronts do Sinai e de Golã não implica um contra-ataque automático das forças israelenses, pois assumir a autoria do primeiro ataque influenciaram a obtenção ou perda de apoio internacional. Em outras palavras, apesar de possuir capacidade antiaérea o suficiente, o Estado judaico precisava ponderar os efeitos de um ataque aéreo preventivo, de tal forma mediante a existência do fundado temor que Israel não obteria a assistência dos Estados Unidos caso deferisse o primeiro golpe de guerra (RODMAN, 2013).

Nessa perspectiva, Israel tinha a esperança que os Estados Unidos atendessem aos pedidos de armamento das Forças de Defesa Israelenses durante a guerra. Assim, a partir da eclosão do conflito, Jerusalém solicitou que as forças americanas disponibilizassem quantidades substanciais de aeronaves, munição e sistemas eletrônicos, dentre outros itens. Tal suporte foi substanciado por transporte aéreo, de forma que os *Military Airlift Transports*²⁵ norte-americanos forneceram cerca de 12.000 toneladas de armamento para o Estado judaico, incluindo somas copiosas de munição para aeronaves. Além disso, Israel receberia armas que até então não constavam no arsenal israelense, a exemplo de munições aéreas de guia precisa²⁶ (RODMAN, 2013).

²⁵ Segundo Christopher Kelly, o *Military Airlift System* (Sistema de Transporte Aéreo, em tradução livre) fornece aos Estados Unidos projeção rápida e flexível de combate. Aeronaves, pessoal e apoio logístico são alguns exemplos de diferentes elementos que fazem parte do sistema. O *Airlift* é um ingrediente chave na capacidade de combate norte-americana. É a forma de transporte mais rápida e flexível com a qual se pode contar durante uma crise.

²⁶ Conforme Blackwelder o desenvolvimento de munições aéreas de guia precisa (Precision Guided Munitions em inglês) começou antes da revolução dos computadores das décadas de 1970 e 1980, e pode ser traçada até a Primeira Guerra Mundial. O Segredo das munições aéreas de guia precisa é atingir um ponto de disparo com um conjunto único de condições de disparada combinado ao ponto de impacto desejado.

4.5 Batalhas do Canal de Suez

O Deserto do Sinai e a região do Canal de Suez integravam os territórios conquistados por Israel na Guerra dos Seis Dias (1967), visto que com o final da guerra o exército israelense ocupou todo o Sinai e a faixa de Gaza (DUNSTAN, 2012).

Na Guerra do Yom Kippur (1973), o exército egípcio enfrentava pouca dificuldade em cruzar o Canal de Suez e penetrar alguns quilômetros no Sinai. Esse nível relativamente baixo de obstáculos é justificado pelo temor israelense em relação aos impactos negativos gerados pelo deferimento do golpe inicial de guerra, motivo que desencorajou ataques preventivos israelenses (DUNSTAN, 2012).

De fato, a decisão de não lançar ataques partiu da Primeira-Ministra israelense, Golda Meir. Em outubro de 1973, a senhora primeira-ministra firmou o entendimento de que Israel precisaria ser visto pela comunidade internacional como vítima de uma agressão, caso contrário, os Estados Unidos não forneceria apoio político ou militar (DUNSTAN, 2012).

Nesse momento o Sinai era defendido apenas por um pequeno número de tropas e tanques israelense, que formavam a linha de Bar-Lev. Nomeada em homenagem ao general israelense Chaim Bar-Lev, a linha consistia em fortificações rudimentares às margens do canal, que se estendiam do Golfo do Suez ao mar Mediterrâneo, em uma distância de cerca de 160 km (DUNSTAN, 2012).

Apesar do sucateamento da defesa fornecida pela linha de Bar-Lev, e da postura israelense de não adotar ataques preventivos, os desafios da travessia do Canal de Suez não poderiam ser subestimados. Primeiramente, o *momentum* e a sincronia do ataque em dois fronts são as peças chaves da guerra de 1973; poder-se-ia acreditar que, com a pressão conjunta no Sinai e nas Colinas de Golã, as forças de defesa israelenses não seriam capazes de focar primeiramente em um inimigo e em seguida em outro, como já havia ocorrido no sucesso israelense em 1967 (DUNSTAN, 2012).

Em segundo lugar, o próprio Canal de Suez consistiria uma grande barreira natural. Uma corrente constante flui através do Canal do sul ao norte, para repor a água que é perdida no mar Mediterrâneo, tal corrente é particularmente forte durante as marés de primavera. Além disso, a luz da lua se fez necessária para que fossem construídas pontes de travessia na

primeira metade da noite; e a escuridão noturna seria necessária também para que os tanques e veículos de assalto cruzassem o caminho na metade subsequente (DUNSTAN, 2012).

Finalmente, para cruzar o Suez, as forças egípcias precisaram empregar análises de tecnologia para burlar a cobertura de satélites norte-americanos sobre a região. Todos esses esforços foram aliados a um plano sofisticado para fornecimento de pistas falsas e formas para driblar as forças de inteligência israelenses (DUNSTAN, 2012).

O objetivo inicial egípcio seria consolidar as posições no Sinai, removendo as forças israelenses remanescentes e estruturando possíveis preparações para o contra-ataque das Forças de Defesa Israelenses que estaria por vir. Esse contra-ataque israelense, por sua vez, não obteve sucesso em enviar as tropas egípcias de volta pelo Canal, mas infligiu perdas consideráveis e impediu os Egípcios de adentrar ainda mais no Sinai (RODMAN, 2013).

O combate no Sinai é marcado pelos esforços de cada um dos lados antagonistas em manter as posições defensivas conquistadas. Do ponto de vista egípcio, a progressão de posições seriam uma prioridade vital, dessa forma, um dos grandes objetivos no front do Sinai era avançar para obter as passagens de Mitla e Gidi, no centro do Sinai, como uma forma estratégica de aliviar a pressão sofrida pelas tropas Sírias no front das Colinas de Golã. De fato, a grande preocupação das forças árabes seria a manutenção do conflito em dois fronts, de modo a dividir e prejudicar o poder de resposta israelense (RODMAN, 2013).

Tendo em vista a contenção do avanço egípcio, as forças de defesa israelenses não poderiam limitar-se a empurrar os inimigos até o Canal de Suez. O objetivo concreto e efetivo era lançar um ataque que atravessasse o canal, e então consolidasse uma posição israelense de segurança dentro do território egípcio. Nessa empreitada, acreditar-se-ia que o fornecimento de armas norte-americanas para as forças israelenses tenha possivelmente fortalecido as ofensivas israelenses na Guerra do Yom Kippur, contudo também é reconhecida a influência norte-americana para que o Estado judaico limitasse a expansão nesse front para não que fosse inflada de forma demasiada a animosidade egípcia com a perda de territórios (RODMAN, 2013).

Figura 4. O Front do Sinai e o Canal de Suez



Fonte: LYNES (2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em visão geral da situação das áreas em conflito, encontrar estratégias que funcionem para cada campanha e para cada operação, é uma tarefa essencial a ser pensada no conjunto das forças aliadas somadas. O Egito, força líder do combate, por ter uma bagagem de experiência histórica com derrotas e conflitos territoriais e de liderança, deveria ter um objetivo bem delineado em suas ações, nos mais diferentes níveis de inteligência operacional. A turbulência política pela qual o país passou, com a construção da nova imagem de autoridade na figura de Sadat, também teve forte influência na construção de alianças para a organização de uma força contra a, até então, impenetrável força israelense. Ao seu lado, a Síria, apesar de deter certos entendimentos históricos com o Egito, também visava reconstruir sua honra pela reconquista territorial. Assim, a sua coalizão com o Egito - que contava com o apoio de inventário soviético - pareceu a mais lógica.

Levando isso em conta, a organização política e militar foi estruturada de modo a não levantar suspeitas de possíveis ataques para a região conquistada pelas forças israelenses. O dia sagrado de Yom Kippur, o dia mais santo do calendário judeu, assim foi escolhido. Tratando-se do terreno a ser ocupado, o Egito dependia também das condições luz do dia e da escuridão noturna para aproximação do terreno visado, como também dependiam da força favorável das águas no Canal de Suez. Além disso, o clima e suas variáveis, tais como chuvas torrenciais, típicas das mudanças de tempo ocorrentes na passagem de outubro para novembro, também figuravam como variáveis na articulação síria e egípcia.

No dia 6 de outubro, dia planejado para o ataque contra os israelenses, no front egípcio, a artilharia e a Força Aérea egípcias atacam as posições das forças de defesa israelenses ao longo da Linha Bar-Lev na fronteira sul do Sinai. Quase 2.000 tanques e artilharia tomam partido no ataque. Pelo lado do Canal, 5 divisões de infantaria egípcias atravessam em pequenos barcos. No entanto, as forças de defesa guardavam ainda 200 km de extensão na fronteira. Como consequência do ataque, os dois exércitos sofrem perdas, destacando o notável uso do míssil guiado antitanque Sagger. Quando chega a noite, os tanques egípcios T-55 já atravessaram o Canal. Revidando o ataque israelense, os mísseis antiaéreos atingem aeronaves egípcias e limitam, por hora, a capacidade de fogo israelense na

área. As MiGs 17 e 21 são descobertas no espaço aéreo israelense e são atingidas por F-4 Phantoms, derrubando 7 dessas naves egípcias. Ainda, pela noite, 5 batalhões de, por volta, 900 soldados são levados a pontos estratégicos no Sinai por meio de helicópteros, visando ao ataque das tropas reservas de defesa israelense. Cientes dessas intenções, são mandados jatos Phantom e Nesher para destruir os helicópteros egípcios. Então, as tropas egípcias já mostram seu poder de fogo aéreo e se posicionam pelos territórios e fronteiras israelenses, e Israel mostra-se atento a quaisquer movimentos.

Já no front sírio, a artilharia e os ataques aéreos começam a tomar força, com três divisões sírias em avanço ao território israelense. A divisão blindada síria se junta a eles durante o período noturno. No plano terrestre, as brigadas israelenses cobrem ao sul e ao norte as Colinas de Golã. O combate entre sírios e israelenses é intenso, e ao cair da noite, os sírios ganham vantagem em razão de seus sistemas de tanque com visão noturna, os quais os israelenses não possuem. Ao norte das Colinas, as forças de defesa israelenses estão para entrar em confronto com as forças sírias, porém ao sul, os tanques sírios e suas tropas administram bem a entrada no território israelense. À tarde, os soldados sírios estabilizam-se no Monte Hermon, aterrissando por helicópteros. A força israelense se intimida e move para seu posto de esconderijo do exército. Alguns soldados foram mortos e outros pegos como prisioneiros de guerra, logo depois do começo da beligerância. Somado a isso, as forças navais israelenses preparavam ataques de mísseis aos barcos sírios perto da costa de Latakia, no período noturno, tanto que o primeiro barco sírio foi tomado por um ataque de canhão de 76 mm. Os israelenses contêm aparelhamento eletrônico para desvio de mísseis sírios e para o abatimento de três barcos de mísseis, um torpedeiro e um implantador de minas navais.

Nessa crescente beligerância, entre acertos e erros estratégicos das tropas árabes, os egípcios e sírios tomam posicionamento para a continuação da guerra contra as forças israelenses, que não contam, ainda, com o poderio bélico e tecnológico que está por vir no seguimento da batalha. O primeiro dia termina e as estratégias montadas devem ser tomadas ou alteradas. Em meio ao caos, o Egito e a Síria, com o apoio do mundo árabe, preparam-se para o segundo dia de guerra e para tentativa de retomada de suas terras, além da reconstrução de sua honra.

REFERÊNCIAS

A Guerra da Independência (1948-1949). Disponível em: <http://www.chazit.com/cybersio/israel/hagana/independencia.html>. Acesso em 15 de fev 2019.

BAILEY, Clinton. **Jordan's Palestinian Challenge, 1948-1983: a political history.** Boulder: Westview Press, 1984.

BAR-JOSEPH, Uri. **The angel: the Egyptian spy who saved Israel.** New York: HarperCollins, 2016

BEECHER, Otta. **U.S. said to agree to supply Israel 43 phantom jets.** The New York Times, United States, 6 fev. 1972. p.1. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1972/02/06/archives/us-said-to-agree-to-supply-israel-42-phantom-jets-90-skyhawks.html>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

BEHBEHANI, Hashim S. **The Soviet Union and Arab nationalism, 1917-1966.** New York: KPI Distributed by Methuen, 1986

BEININ, Joel; HAJJAR, Lisa. **Palestine, Israel and the Arab-Israeli Conflict: A Primer.** 2014. Washington, DC: Middle East Research and Information Project. Disponível em: <<https://merip.org/palestine-israel-primer/>>. Acesso em: 17 maio 2019.

BICKERTON, Ian J. **The Arab-Israeli Conflict_A History.** Reaktion Books, Contemporary Worlds, 2009

BLACKWELDER, Major Donald I. **The long road to Desert Storm and beyond: the development of precision guided bombs.** Pickle Partners Publishing, 2015.

BOSE, Tarun Chandra. **The superpowers and the Middle East.** Nova Iorque: Asia Pub. House, 1972.

BROWN, Philip Marshall. **The Recognition of Israel.** The American Journal Of International Law, [s.l.], v. 42, n. 3, p.620-627, jul. 1948. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2193961>.

CIA. The Yom Kippur War. **Intelligence Report: The 1973 Arab-Israeli War.** Overview and Analysis of the Conflict. 2004. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/1975-09-01A.pdf>. Acessado em 5 de Janeiro de 2019.

COCHRAN, Edwin S. **The Egyptian staff solution: operational art and planning for the 1973 Arab-Israeli War.** Naval War College. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a348901.pdf>. Acesso em 7 de março de 2019.

CULPER, Samuel. **Tactical, Operational, and Strategic Intelligence.** Forward Observer, Disponível em: <https://forwardobserver.com/tactical-operational-and-strategic-intelligence/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2019

DUNSTAN, Simon. **The Yom Kippur War 1973: The Golan Heights**. Osprey Publishing, 2003a

DUNSTAN, Simon. **The Yom Kippur War 1973: The Sinai**. Osprey Publishing, 2003b

DUNSTAN, Simon. **The Yom Kippur War 1973 (2): The Sinai**. Bloomsbury Publishing, 2012.

DUTRA, Kátia. **Divisão da Palestina**. 2011. Disponível em: <https://redes.moderna.com.br/tag/divisao-da-palestina/>. Acessado em 21 de maio de 2019.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Ottoman Empire: HISTORICAL EMPIRE, EURASIA AND AFRICA**. 2019a. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ottoman-Empire>. Acesso em: 17 maio 2019.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Prussia: REGION, EUROPE**. 2019b. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Prussia>. Acesso em: 17 maio 2019.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Yom Kippur War**. 2019c. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Yom-Kippur-War>. Acesso em: 17 maio 2019.

GAWRYCH, Dr. George W. **The 1973 Arab-Israeli war: the albatross of decisive victory**. Washington, DC: Combat Studies Institute, 1996

GELLER, Doron. **Israel military intelligence: intelligence during Yom Kippur war 1973**. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/intelligence-during-the-six-day-war-1967> Acesso em: 17 de maio de 2019

GELVIN, James L. **The Israel-Palestine Conflict: One Hundred Years of War**. The Cambridge University Press, 2007.

GILBERT, Martin. **The Routledge Atlas of the Arab-Israeli Conflict**, 2005.

GLANTZ, David M. **The Soviet airborne experience**. Leavenworth: U. S. Army Command and General Staff College, 1984.

GLIECH, Oliver. **Petroleum. International Encyclopedia of the First World War**. Berlin: Freie Universität Berlin, 2015.

Guerras Árabes-Israelenses. 2017. Disponível em: <https://cursosapientia.wordpress.com/2017/06/16/guerras-arabe-israelenses/>. Acesso em 16 de fev 2019.

LEWIS, Samuel W. The United States and Israel: Evolution of an Unwritten Alliance. **Middle East Journal**, vol. 53, n. 3, 1999. p. 364–378.

HANSEN, Roger W. **The American Airlift to Israel in 1973: political and military implications**. US Army War College. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a192795.pdf>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

JANKOWSKI, James. **Egypt and Early Arab Nationalism, 1908-1922**. Nova Iorque: Columbia University Press

JEWISH VIRTUAL LIBRARY. **Israeli War of Independence: Background & Overview**. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/background-and-overview-israel-war-of-independence>.

JORDAN, Michael C. **The 1973 Arab-Israeli War: Arab Policies, Strategies, and Campaigns**. 1997. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/library/report/1997/Jordan.htm>. Acessado em 3 de janeiro de 2019.

KELLY, Christopher A. **The Airlift System-It's More Than Just Hauling Trash**. AIR COMMAND AND STAFF COLL MAXWELL AFB AL, 1986. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a168428.pdf>. Acesso em 14 fev 2019.

KHOURI, Fred J. **The Arab-Israeli dilemma**. New York: Syracuse University Press, 1985.

KISSINGER, Henry. **Years of upheaval**. New York: Simon & Schuster trade paperbacks, 2011.

KONZEN, Carina de Almeida. **Do Sionismo à Guerra do Yom Kippur – Uma Análise das Quatros Guerras Israelo-Árabes**. 2017. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/754/1/2014CarinadeAlmeidaKonzen.pdf>.

KORN, David A. **Stalemate: the War of Attrition and great power diplomacy in the Middle East, 1967-1970**. Boulder: Westview Press, 1992.

LIMA, Ederson Santos. **Pan-africanismo e Pan-arabismo: duas histórias na busca por identidade e força**. 2013. Disponível em: <http://historiacsd.blogspot.com/2013/06/pan-africanismo-e-pan-arabismo-duas.html>. Acesso em 18 de fev 2019.

MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. Contexto. 2006.

MA' OZ, Moshe. **Syria and Israel: from war to peacemaking**. Oxford New York: Clarendon Press, 1995.

MELLO, Fernando Figueiredo. **Começa a Guerra do Suez**. 2016. Disponível em: <https://efemeridesdoefemello.com/2016/10/29/comeca-a-guerra-do-suez/>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Fatos sobre Israel**. Israel. 2010. Disponível em: https://embassies.gov.il/brasil/AboutTheEmbassy/Artigos_e_publicacoes/Documents/Fatos%20Sobre%20Israel.pdf. Acesso em 10 de fev 2019.

MIRAGAYA, João K. **50 anos atrás: Guerra dos Seis Dias**. 2017. Disponível em: <http://www.conexaoisrael.org/50-anos-atras-guerra-dos-seis-dias/2017-06-06/joao>. Acesso em 16 de fev 2019.

MISACHI, John. **What Was The Suez Crisis?** 2017. Disponível em: <https://www.worldatlas.com/articles/what-was-the-suez-crisis.html>. Acesso em 10 de fev 2019.

MOORE, John N. **The Arab-Israeli conflict: readings and documents**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1977.

MORASHÁ. **A Guerra da Independência**. 2003. Disponível em: <http://www.morasha.com.br/historia-de-israel/a-guerra-da-independencia.html>. Acesso em 18 de fev 2019.

NETO, Luiz Salgado. **A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos(1952-1956)**. 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a6.pdf>. Acesso em 5 de fev 2019.

O'BALLANCE, Edgar. **NO VICTOR, NO VANQUISHED: The Yom Kippur War**. Presidio Press, 1978

PILATI, Anselmo; PIRES, Ariel José. **O Conflito Palestino-Israelense e o Oriente Médio**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/710-4.pdf>.

PINTO, Maria do Céu. Nacionalismo árabe e pan-arabismo. **Janus Online**, Lisboa, p.84-85, abr. 2016. Disponível em: http://janusonline.pt/images/anuario2015/2.15_MariaCeuPinto_pan_arabismo.pdf. Acesso em: 17 maio 2019.

PODEH, Elie. **Chances for peace: missed opportunities in the Arab-Israeli conflict**. Austin: University of Texas Press, 2015

PRIMAKOV, E. M. **Russia and the Arabs: behind the scenes in the Middle East from the Cold War to the present**. New York: Basic Books, 2009.

QUANDT, William B. **Soviet Policy in the October 1973 War**. The Rand Corporation, 1976.

RABINOVICH, Abraham. **The Yom Kippur War: The Epic Encounter that Transformed the Middle East**. Schocken Books, 2004

RODMAN, David. The Impact of American Arms Transfers to Israel during the 1973 Yom Kippur War. **Israel Journal of Foreign Affairs**, v. 7, n. 3, p. 107-114, 2013.

RODRIGUES, Noeli. Litígio Árabe-israelense: A Importância da ONU para a Solução do Conflito no Oriente Médio. **Conjuntura Global**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.74-77, 30 jun. 2013. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v2i2.35337>. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/35337/21892>>. Acesso em: 17 maio 2019.

SCHIFF, Zeev. **October earthquake: Yom Kippur 1973**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2013

SCHILLING, Voltaire. **Fé e sangue na terra santa: o conflito árabe-israelense**. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/historia/fe-e-sangue-na-terra-santa-o-conflito-ara-be-israelenses,a1705553853ed9d5105ec9680ec92b5a4wwifu9q.html>. Acessado em 04 de Janeiro de 2019.

SCHOLCH, Alexander. Britain in Palestine, 1838-1882: The roots of the Balfour policy. **Journal of Palestine Studies**, v. 22, n. 1, p. 39-56, 1992.

SEITENFUS, Ricardo. **O impacto do terrorismo sobre as relações internacionais**. In: Relações internacionais. São Paulo: Manole, 2013, p. 191-200.

SHLAIM, Avi. **The Middle East: The Origins of Arab-Israeli Wars**. Disponível em: <http://users.ox.ac.uk/~ssfc0005/The%20Middle%20East%20The%20Origins%20of%20Arab-Israeli%20Wars.html>. Acessado em 10 de Janeiro de 2019.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Holocaust Encyclopedia. **O Holocausto (artigo resumido)**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/holocaust-abridged-article>. Acessado em 21 de maio de 2019.

UNIVERSIA. **Conflitos no Oriente Médio: As Nações Árabes vs Israel**. Disponível em: <http://www.universiaenem.com.br/sistema/faces/pagina/publica/conteudo/texto-html.xhtml?reDirect=88026278227746475003781079472>. Acessado em 21 de maio de 2019.

VICENZI, Roberta Aragoni Nogueira. **Nacionalismo árabe: apogeu e declínio**. Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2006.